

Onde estão?



Capa: monumento Tortura nunca mais de Recife, Concebido pelo arquiteto piauiense Demétrio Albuquerque, foi o primeiro monumento construído no país em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos brasileiros.

Maria Regina Jacob Pilla

Onde estão?

Dissertação de Mestrado em Letras apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Literatura, Sociedade e História da Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luís Augusto Fischer

Porto Alegre

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos André Bulhões Mendes

VICE-REITORA

Patricia Pranke

DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Carmem Luci da Costa Silva

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Márcia Montenegro Velho

CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Juliani Menezes dos Reis

CIP - Catalogação na Publicação

Pilla, Maria Regina Jacob
Onde estão? / Maria Regina Jacob Pilla. -- 2023.
35fls. f.
Orientadora: Luis Augusto Fischer.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Introdução em 9 tópicos 10 1/2 páginas. 2. ditadura nunca mais, casos propriamnte ditos 19p. 3. sobreviventes 13pag. 4. percurso da memória 1 página. 5. anexos 14p.. I. Fischer, Luis Augusto, orient. II. Título.

Maria Regina Jacob Pilla

Onde estão?

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Porto Alegre, 27 de julho de 2023

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA:

Benito Bisso Schmidt
Departamento de História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Ginia Maria de Oliveira Gomes
Instituto de Letras
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Julia da Rosa Simões
Departamento de História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

RESUMO

Durante a ditadura cívico-militar que assolou o país por mais de vinte anos, a Comissão Nacional da Verdade registrou 438 desaparecimentos políticos forçados de pessoas. Brasileiros que foram sequestrados pelas forças repressivas e não reapareceram. Seus corpos não foram entregues às famílias. Mandantes e executores do crime continuam impunes, protegidos por vergonhosos acordos de silêncio. Mas parte da sociedade manifesta seu desacordo com este pacto produzindo obras que expõem à luz do dia a face cruel as elites dirigentes desse país.

Palavras-chave: Ditadura. Violência. Desaparecidos. Impunidade.

RÉSUMÉ

Avec sa politique d'élimination des adversaires, la dictature militaire brésilienne (1964-1985) a produit 438 disparus dont les corps n'ont jamais été rendus aux familles. Ceux qui ont commandé ces crimes et ceux qui les ont exécutés n'ont été pourtant jamais traduits devant les tribunaux. Des crimes ont été commis, mais il y en a eu un accord pour passer sous silence ces horreurs. Un chantage des militaires pour "rendre" le pays aux civils. Néanmoins, la société réagit en produisant des œuvres qui mettent sous lumière la cruauté des dirigeants du pays et même de la société. On assiste dans le pays une éclosion d'œuvres qui ramènent la vie quotidienne sous le régime militaire.

Mots clés: Dictature. Violence. Disparus. Impunité.

LISTA DE SIGLAS

ALN	Aliança Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
APML	Ação Popular Marxista-Leninista
ARENA	Aliança Renovadora nacional
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CNBB	Conferência Nacional do Bispos
COLINA	Comando de Libertação Nacional
Dissidências do PCB. As principais dissidências estaduais foram: a da Guanabara, a do Rio Grande do Sul	
DOI-CODI	Departamento de Operações Internas do Comando de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FLN	Frente de Libertação Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MOLIPO	Movimento de Libertação Popular
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OBAN	Operação Bandeirantes
OLAS	Organização Latino-americana de Solidariedade
ORM-POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
Partidão	Apelido dado ao Partido Comunista Brasileiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro.
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdo B	Partido Comunista do Brasil
POC	Partido Operário Comunista
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PS	Partido Socialista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista

PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RO	Resistência Operária
STM	Supremo Tribunal Militar
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundários
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 A LITERATURA COMO ARQUIVO DA DITADURA.....	9
1.2 A ESCURIDÃO DA GUERRA FRIA.....	11
1.3 A DISSIDÊNCIA DO RS.....	12
1.3 SEJA HERÓI, SEJA MARGINAL.....	13
1.4 RODA VIVA.....	14
1.5 UMA VIDA POLÍTICA COM RESTRIÇÕES.....	15
1.6 ANISTIA E VOLTA DOS EXILADOS.....	15
1.7 COMO SERÁ O PASSADO DE NOSSO PRESENTE.....	16
1.8 OS PORÕES DA DITADURA.....	17
1.9 ONDE ESTÃO.....	18
2. DITADURA NUNCA MAIS.....	19
2.1 COM QUE DIREITO UMA INSTITUIÇÃO DO ESTADO TORTURA E DESAPARECE CIDADÃOS?.....	19
Caso de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira.....	19
2.2 CATIVEIRO NUM QUARTO DE PENSÃO.....	21
Caso de Luiz Eurico Tejera Lisboa.....	21
2.3 MÃE E FILHO NA MIRA DA DITADURA.....	23
Casos de Zuzu Angel e Stuart Angel Jones.....	23
2.3 OUTRO NORTE-AMERICANO NO PAÍS DOS MILITARES.....	25
O caso de Paulo Stuart Wright.....	25
2.4 UM CÉREBRO BRILHANTE.....	27
O caso de Heleni Teles Guariba.....	27
2.5 A VELHA GUARDA DO PARTIDÃO.....	27
O caso de Mário Alves de Souza Vieira.....	27
2.6 TOALHA BRANCA NA CADEIRA.....	28
O caso de Aluísio Palhano.....	28
2.7 ARAGUAIA, TERRA SAGRADA.....	30
O caso da guerrilha do Araguaia.....	30
2.8 INSTITUIÇÕES CATÓLICAS RECEBEM DENÚNCIAS SOBRE OS DESAPARECIDOS.....	31
Os casos de Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva.....	31
2.9 DE RETIRANTE A GUERRILHEIRO.....	32
O caso de Virgílio Gomes da Silva.....	32
2.10 UM MUSEU NACIONAL CHAMADO HONESTINO GUIMARÃES.....	33
O caso de Honestino Guimarães.....	33
2.11 ANA DIEGO, ALUNA NO ESPAÇO SIDERAL.....	35
2.12 O CASO DAS MÃOS AMARRADAS.....	36
O caso do Sargento Manoel Raymundo Soares.....	36

3. SOBREVIVENTES.....	37
3.1 PILLA VARES, LUIZ PAULO, PILLA, ALEMÃO.....	37
3.2 TIMM, PAULO TIMM, PC TIMM.....	38
3.3 ROGÉRIO, ZÉ, AMORETTI.....	40
3.4 FLAVIO KOUTZIL.....	41
3.5 LILIAN.....	45
3.6 RAUL , CACHORRÃO, PONT.....	46
4. PERCURSO DA MEMÓRIA.....	49
4.1 É PRECISO SABER COMO FOI PARA QUE NUNCA MAIS.....	49
Montando o quebra-cabeça.....	49
5. CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS.....	52
ANEXOS.....	53
Semmelweiss.....	53
O doutor japonês.....	56
Maria Regina Pilla – Existencialista, militante, cidadã do mundo.....	57

1. INTRODUÇÃO

1.1 A LITERATURA COMO ARQUIVO DA DITADURA

Memória, memória, memória. Nós, brasileiros, somos empurrados a ela justamente por não termos feito as contas com nosso passado recente.

À diferença de minha primeira obra, o "Volto semana que vem" (2015), que trata do ato vital de resistência de presas políticas na Argentina, o presente escrito trata de mortos. Escolhi treze casos de desaparecimento forçado de pessoas. Ainda pouco se fala neles, num momento em que começam a ser resgatadas diferentes maneiras de narrar os anos da ditadura.

"A literatura como arquivo da ditadura", título de uma obra da professora e crítica literária Eurídice Figueiredo, contribuiu para a minha escolha do tema. Este é um arquivo a ser preenchido. Não se pode deixar de escrever sobre os que foram sepultados clandestinamente, os que foram executados nas imundas e malcheirosas salas de tortura, no pátio dos quartéis sem que ninguém soubesse. Estamos falando de um crime e de um sofrimento indelével.

Entre 1979 e 1985, ainda sob a ditadura, três personalidades religiosas de diferentes credos, Dom Paulo Evaristo Arns, rabino Henry Sobel, pastor presbiteriano Jaime Wright e equipe, realizaram clandestinamente o relatório "Brasil nunca mais". Entretanto, o relatório completo é o resultado do esforço de mais de 30 brasileiros, que se dedicaram por oito anos a rever a história do período no país, reescrevendo-a a partir das denúncias feitas em juízo por opositores ao regime de 64. Tudo isso teve papel importante na redemocratização do país.

No entanto, pela maneira como está organizado, não me serviu como obra referencial para o "Onde estão?" Busquei um documento com os casos de desaparecimento forçado. Logo tive em mãos "Desaparecidos políticos - prisões, sequestros, assassinatos", obra organizada por Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, sob a égide do Comitê Brasil Anistia, onde estão relatados casos de desaparecimentos. Era o que eu precisava. Os depoimentos ali presentes, feitos ao Comitê Brasil Anistia, eram pertinentes para o que me propunha fazer.

O formato de texto curto, estanque um do outro do "Onde" permitia, aqui novamente, pensar em extensões do tema, como bem observou meu orientador, professor Luís Augusto Fischer. E assim surgiu a ideia — por que não? — de colher depoimentos de alguns militantes meus conhecidos que sobreviveram à repressão e à atmosfera daqueles anos. Queria contar como eles refizeram suas vidas depois de golpes tão duros, como a prisão, a tortura, o

exílio, a perda de seu espaço social, acadêmico, laboral. Entre estes, chamo a atenção para o depoimento de Lilian Celiberti, não uma sobrevivente qualquer, mas aquela do caso dos uruguaio de Porto Alegre desbaratando o operativo militar da Operação Condor que prometia fundos e mundos contra os adversários das ditaduras do Cone Sul. A Condor perdeu a pompa e circunstância com dois jornalistas batendo à porta do operativo ultra secreto do sequestro dos uruguaio de Porto Alegre. Lilian foi torturada em Porto Alegre e no Uruguai antes de ser aprisionada por 5 anos em seu país.

A partir de seu depoimento, enviado por correio eletrônico, foi escrito o texto de como sobreviveu depois de todos os acontecimentos.

Meus critérios para escolher os casos de desaparecimento foram subjetivos, ligados à minha história, a minhas lembranças de militante, ao que me era caro. Fernando Santa Cruz encabeçava minha lista pela escandalosa perfídia do presidente Bolsonaro acusando, no início do seu governo, em cadeia nacional, os companheiros de militância de Fernando de tê-lo assassinado. Uma mentira redonda. Depois apareceu um atestado de óbito do próprio ministério bolsonarista de Damares Alves declarando que Fernando tivera morte violenta nas mãos do Estado brasileiro. Abaixo, a nota do portal G1 de 9/08/2019 especifica as condições dramáticas em que foram entregues alguns atestados de óbitos devidos às famílias pelo Estado brasileiro:

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos cancelou a cerimônia em que entregaria a certidão de óbito retificada a quatro famílias, entre elas a de Fernando Santa Cruz, pai do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. O documento confirma que Fernando e as outras vítimas morreram por força do Estado brasileiro. A distribuição das certidões estava prevista pro dia 26 de agosto, no Recife, onde aconteceria uma reunião extraordinária do grupo. Agora, de acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, as certidões vão ser enviadas pelos Correios.

Mario Alves está na lista por ser um nome histórico do Partidão, um militante da primeira hora, com papel ativo nos movimentos da esquerda brasileira. Luis Eurico Tejera Lisbôa, ao contrário, era um jovem iniciante, militante secundarista que eu via amiúde nas transversais do bairro Bonfim.

Honestino Guimarães, presidente da UNE e das nossas lutas, era um personagem admirado por todos. Hoje, seu nome designa o *Museu Nacional* do Conjunto Cultural da República, em Brasília, uma homenagem ao líder estudantil desaparecido em 1973.

O *Caso das mãos amarradas* me causou uma impressão muito triste quando li no vespertino Folha da Tarde, na adolescência, e não poderia deixar de mencionar pois hoje,

sabemos, foi talvez o primeiro caso de desaparecimento político forçado. Quando um amigo argentino me enviou o texto Anadiago, fiquei encantada com a ideia dos cientistas argentinos para homenagear a aluna sequestrada na porta da faculdade e desde então desaparecida. Colocar seu nome num corpo celeste foi um gesto digno dos cientistas para homenagear a jovem aluna. Levaram para o espaço sideral aquela que fora desenterrada na cidade de Avellaneda, periferia de Buenos Aires.

Fazer o "Onde" foi difícil. Não pude evitar o medo, nem deixar de reviver o momento da prisão, a tensão extrema prévia à tortura que, sabíamos, viria a seguir. O sentimento de solidão da clandestinidade foi o mais presente. Forçosamente devia ser assim, eu estava tratando de desaparecidos, pessoas que morreram as mais sozinhas que se possa imaginar.

Durante todo o dia, lendo depoimentos e escrevendo letra a letra (sou cata milho), como não se emocionar com o amor do irmão que espera a volta da irmã? O gesto brutal da administração pública que demite a professora de Química ausente do trabalho. Ela não viria mais, estava morta. Vareei noites acordada imaginando essa notificação sem destino, os alunos esperando a professora, felizes também pela folga inesperada, ignorantes da tragédia. Via e revia o grotesco e acanhado delegado Sergio Paranhos Fleury raptando Ana Rosa Kucinski, tão frágil, tão bela. Eles gritam muito, os torturadores. É a festa da animalidade humana. O torturador, um perseguidor, quer a morte da vítima e vive na cabeça dela, fora dos porões. Desobedecer-lhe é o trabalho da psicanálise.

As roupas de outros presos abandonadas pelos cantos têm um cheiro de medo, um cheiro ruim, mistura de humores de corpos diferentes. É verdade! exclamou um amigo, ex-presos, quando leu no "Volto". Uma amiga tem um arrepio e contrai os músculos ao lembrar o cheiro forte, repulsivo do capuz que lhe enfiaram na cabeça. A psicanálise serviu para eu aprender a lidar com essas emoções; me ensinou a estar no mundo com elas, de outra maneira. Escrever o "Volto", e agora o "Onde" são ainda parte desse trabalho psicanalítico.

O aprofundamento do luto.

1.2 A ESCURIDÃO DA GUERRA FRIA

Sou uma ex-exilada da ditadura. Estive fora do país por 22 anos, e percebo, agora que escrevo, durante quase todo o período do governo militar. Nessa parte extraordinária da minha vida, entra a história deste livro.

Antes desse período, fui uma pessoa, como se dizia, absolutamente normal. Nasci

numa família de classe média que passava seus verões em Cidreira, no casarão da família Pilla, estudava nas boas escolas públicas, adorava reuniões-dançantes e era muito tímida para namorar. Me candidatei a uma bolsa para estudar um ano nos Estados Unidos. Graças à intervenção da mãe, o pai foi obrigado a aceitar a escolha da filha. Fui morar um ano na cidade de Cincinnati e estudar na escola pública Walnut Hills.

1.3 A DISSIDÊNCIA DO RS

De volta ao Brasil, passei no vestibular de Jornalismo da UFRGS. O campus universitário, ao lado do Instituto de Educação, reunia o melhor da resistência à ditadura. O convite não tardou: queres ir a uma reunião do Partidão, o Partido Comunista Brasileiro? Sem nem saber bem o que era aquilo, aceitei como é meu feitio para certas novidades. Aí começou o extraordinário na minha vida, a parte mais arriscada e proveitosa. Preocupada com as dissidências, a direção do Partidão despachou seus melhores quadros para conter a dispersão. Foi assim que conheci Jacob Gorender¹, um intelectual da velha guarda do Partidão, companheiro de Jacob Koutzii, pai do Flavio, que estava em vias de ser meu namorado. Passados dois anos daquele convite, eu já militava de corpo e alma. A reunião do Partidão era para a formação da Dissidência do Rio Grande do Sul e minha primeira tarefa (eu era das poucas que sabia dirigir, tinha habilitação e podia dispor, às vezes, do automóvel da família) foi recolher os militantes em diferentes locais e levá-los à casa do encontro para sacramentar a separação do PCB. A Dissidência do RS logo se fundiu com a Política Operária (POLOP) dos irmãos Emir e Eder Sader, e com essa organização produziram as teses socialistas para o Brasil. Daí surgiu também, em 1968, uma nova organização, o Partido Operário Comunista, o POC, que sem aderir às teses da luta armada, defendia um programa socialista para o Brasil. E fez bonito no meio estudantil com o Movimento Universidade Crítica (MUC).

¹ Jacob Gorender: filho de judeu ucraniano e mãe bessarábia, nasceu na Bahia e passou a infância em cortiços. Mais tarde cursou a faculdade de Direito da Universidade da Bahia. Aos 18 anos abandonou tudo e ingressou na Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar pelo Brasil na Itália. Retornando da guerra, ingressou com Mario Alves no PCB de Giocondo Dias. Jornalista e historiador, Gorender teve uma vasta produção intelectual, destacando-se “O escravismo colonial”, em grande parte escrito no Presídio Tiradentes e “Combate nas trevas”, sobre a resistência à ditadura militar. Por toda a vida participou ativamente dos debates que permearam a esquerda, incluindo as dissidências do PCB após o golpe de 1964. Em 1968 fundou o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) com Mario Alves e Apolônio de Carvalho*. Depois do golpe de 64, Gorender foi preso e barbaramente torturado. Aos 90 anos teve um quadro infeccioso que se agravou, provocando seu falecimento.

* Apolônio de Carvalho: a fama chegava antes dele. Apolônio havia estado nas Brigadas Internacionais da Guerra civil espanhola e na Resistência francesa ao fascismo. Com o mesmo interesse ele militara no PCB, na ALN, na criação do PCBR e, mais tarde, no PT. Apolônio foi até sua morte, aos 93 anos, um senhor de rara distinção, um homem de cultura relacionado com várias gerações de militantes, animando os círculos de companheiro

1.3 SEJA HERÓI, SEJA MARGINAL

Nos anos que se seguiram ao golpe de 64, a área cultural vivia uma grande efervescência de resistência aos militares. Era época dos festivais de música popular brasileira, a consagração de autores e intérpretes. O regime militar era fustigado de muitas maneiras por Geraldo Vandré, Edu Lobo, Chico Buarque. O show Opinião, dirigido por Augusto Boal reuniu o melhor da crítica à ditadura e ao país da desigualdade: João do Vale, Zé Keti, Nara Leão, depois Maria Betânia.

Quando a censura se abateu sobre esse volumoso protesto, os discos de vinil já rodavam nas casas de família e as canções estavam nas bocas e corações dos brasileiros. Foi inegável o papel de artistas e intelectuais para organizar e mobilizar setores da sociedade na luta contra a ditadura.

Odete Lara, Norma Benguel, Leila Diniz, Nara Leão, Chico Buarque encabeçavam as passeatas que volta e meia assaltavam o Rio de Janeiro denunciando a censura e a perseguição aos militantes e artistas de vanguarda. Henfil foi o grande desenhista de humor desse período. Colaborador do Jornal do Brasil, desenhou as crônicas da repressão às enormes passeatas populares serpenteando pelo país.

No festival da Record de 1967, surge um grupo de artistas baianos com um inovador movimento musical que buscará se afastar um pouco do intelectualismo da bossa nova para se aproximar dos ritmos do Brasil profundo, misturando rock com ritmos nordestinos. Ironicamente, o Tropicalismo, que surgiu no marco da ditadura e crítico a ela, foi acusado de despolitização. No entanto, o artista carioca Helio Oiticica, em 68, participou do *happening* das bandeiras na praça General Osório com um estandarte onde se lia a frase "seja herói, seja marginal", talvez a que mais atingiu o âmago do regime em sua vocação autoritária e conservadora, revelando o espírito contestador dessa época, que vai de 1967 à 1969. É preciso lembrar que estávamos em plena guerra do Vietnã. Época das potentes mobilizações nas universidades americanas, origem de movimentos políticos que marcaram nossa época: o *black power*, o feminismo, passando por Woodstock. Na França, demandas estudantis levaram às barricadas do movimento de maio de 1968. É um momento inédito da conjuntura mundial. A pesada nuvem da guerra fria não cabia nesse novo ímpeto jovem das lutas políticas.

1.4 RODA VIVA

O teatro apresentava o melhor da vanguarda nacional e mundial. De Plínio Marcos a Jean Genet, as montagens se davam em teatros arrojados, com ocos profundos, a plateia disposta em malhas de aço flexíveis fixadas nas paredes laterais, com um elevador no centro do vazio servindo de palco, onde José Celso Martinez Correa declamava seu texto diante dos olhos maravilhados de uma plateia cativa. Como pássaros, os atores voavam do palco-elevador para a malha onde estava o público. Depois disso, nunca mais o teatro foi o mesmo. Nem a vida, nem nós. A todos esses acontecimentos, se juntou o *boom* de uma literatura latino-americana que desafiava os padrões convencionais da realidade. Feito uma pororoca, o movimento da mudança nos atingia de fora para dentro, retornando à cabeceira das lutas.

Vivia-se o extraordinário no cotidiano, em plena ditadura. A pílula anticoncepcional autorizava relações amorosas menos engessadas pelo patriarcalismo. Ela dava ao sexo uma liberdade vivenciada pela primeira vez na história. Os jovens não deixam de notar a novidade. E correm para vivê-la intensamente. O universo assombroso chegando. E eu era parte daquilo. O mais surpreendente era sair daquela bolha conservadora e miúda de um meio provinciano. Foi a melhor coisa que pôde acontecer a alguém. Resultado da militância no Brasil, em 1970 tive que sair do país e abandonar a faculdade. Fui militar na Argentina, no Partido Revolucionário de los Trabajadores, passando a viver na clandestinidade. Em 1975 fui presa em Buenos Aires e torturada na Polícia Federal Argentina. Estive pouco mais de dois anos nas prisões de Olmos e Villa Devoto. Ao sair da cadeia, eu e meu companheiro à época recebemos asilo do governo francês por intermédio da ONU. Éramos refugiados da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), órgão das Nações Unidas que cuidava da parte prática da vida dos refugiados, como fornecimento de documentos. Tínhamos uma dupla documentação: um passaporte de refugiados apátridas e uma carta de residente na França. Passamos a residir e trabalhar em Paris, onde recebi do governo francês um estágio de formação na École des Journalistes et Cadres de la Presse, escola de jornalismo mantida pelo patronato da imprensa francesa para formar profissionais antifascistas, parte do programa do governo francês para acolhimento dos refugiados da ONU. Anos depois, o casamento acabou, mas segui trabalhando numa cooperativa de produção gráfica em Paris até retornar ao Brasil em 1992.

Mais tarde, a lei de anistia me devolveu à UFRGS, onde havia ingressado em meados dos anos 60 e cursado de modo incompleto a escola de jornalismo. Antes disso, em 2003, por

minha conta, iniciara o curso de Letras em faculdades particulares – ULBRA e antiga FAPA –, curso que continuei depois na UFRGS. Em 2015, concluí a graduação em tradução de francês. No mesmo ano publiquei *Volto semana que vem*, livro de memórias da prisão na Argentina e de outros momentos da minha vida. Com esse livro, recebi o Prêmio Açorianos de Narrativa Longa daquele ano.

1.5 UMA VIDA POLÍTICA COM RESTRIÇÕES

O regime saído de 64 autorizava apenas dois partidos políticos: a ARENA e o MDB. Fora dessas opções, nenhum tipo de associação política era permitido. Por esse motivo, entrar na clandestinidade foi a única escolha para quem quisesse sobreviver e participar da resistência à ditadura. A militância no POC se parecia a qualquer militância na clandestinidade. Era na cidade que nós, os militantes ameaçados pela ditadura, podíamos melhor escapar das perseguições. Podíamos desaparecer dos olhos e ouvidos da repressão sem deixar nosso espaço de atuação política. Iniciávamos a vida adulta e era um privilégio descobrir grandes metrópoles, como São Paulo e Buenos Aires, vivendo nelas como qualquer morador. Bem diferente da descoberta do turista que caminha a esmo pela cidade, nós fazíamos parte da vida cotidiana dos países onde militávamos. Nessas circunstâncias, criamos laços afetivos particulares com esses lugares. Apesar da dura clandestinidade, e talvez por isso mesmo, depois de ficar presa na capital argentina, essa cidade de cultura cosmopolita tem o meu afeto e admiração eternos. Buenos Aires é o cosmopolitismo feito cidade, na educação de sua população, nas livrarias abarrotadas das melhores obras, no atendimento dos funcionários, na estreia mundial de renomados espetáculos, na sua literatura, no seu cinema que são referências para todos nós. Quem não curte uma mesa no famoso café El Ciervo, ladeando a esquina de Corrientes com Callao? *Y el cafe con medias lunas?* Quem nunca?

1.6 ANISTIA E VOLTA DOS EXILADOS

Estávamos numa ditadura militar, sob estado de sítio, com as garantias individuais suspensas. O Estado policial não devia explicações de seus atos. O desaparecimento forçado de pessoas serviu para encobrir assassinatos de militantes e opositores. A Comissão Nacional da Verdade (CNV-2012) reconheceu 434 mortes e desaparecimentos políticos entre 1964 e 1988, a maioria durante o regime militar brasileiro.

Na sociedade havia um movimento pela libertação dos presos políticos, pela

suspensão das perseguições, pela volta dos exilados, pelo esclarecimento dos casos de desaparecimentos. Eu falava por telefone regularmente com minha mãe, e ela não desanimava diante da perspectiva da anistia aos exilados. Eu dependia da declaração dessa aguardada anistia para poder retornar ao país sem ser presa na chegada, pois tinha um processo em andamento. Assim, no dia em que desembarquei no aeroporto do Rio de Janeiro, o advogado de presos políticos Modesto da Silveira me acompanhou, segurando meu braço até eu passar pelo controle de passaportes. Apesar de decretada a anistia ampla, geral e irrestrita, os exilados que desembarcavam no Rio eram encaminhados a uma salinha da Polícia Federal no aeroporto, e ali eram submetidos a interrogatório. Depois das prisões violentas, das torturas, esse procedimento, aparentemente anódino, era inquietante. Daí a presença do advogado acompanhando os retornados.

A sociedade civil manifestava a vontade de que terminasse o regime que tanto sofrimento estava causando ao povo brasileiro. No regime militar já tinha quem defendesse uma abertura, pois a insatisfação era visível e crescia a força dos movimentos pela anistia. Havia quem escutasse a voz fantasmagórica do general Golbery aconselhando a meia-voz que cedessem aos reclamos civis antes que ocorresse o pior com suas augustas cabeças. Nesse contexto, a advogada Therezinha Zerbini criou o Comitê Brasileiro pela Anistia, que acolheu as denúncias dos casos de desaparecimentos forçados de pessoas. Uma anistia foi feita, mas para quem, perguntamos. E respondemos: para os verdugos de vinte anos de censura, de torturas, de desaparecimentos, de aumento da pobreza.

Nesta obra queremos levantar um pouco o manto do esquecimento que encobre o destino de tantos homens e mulheres trazendo alguns casos de desaparecidos da ditadura brasileira. A ficção é um caminho possível para recompormos o momento do desaparecimento, quase sempre sem testemunhas e negado pelo Estado. Pessoas que somem da vida que tinham até então. Muitas desapareceram e não voltaram mais. E os que sobreviveram, militantes durante os anos de chumbo, exilados, presos, os que perderam suas casas, seu trabalho, estudos, como esse povo retomou a vida depois da anistia, da saída dos cárceres, do retorno do exílio?

1.7 COMO SERÁ O PASSADO DE NOSSO PRESENTE

O desaparecido deixa a família aguardando o retorno para sempre: a cada toque de campainha, a cada estação do ano renovada. Foi assim com a mãe de Fernando Santa Cruz, falecida aos 105 anos de idade sem perder a esperança de rever o sorriso do filho, casa

adentro, desaparecido num sábado de carnaval para nunca mais retornar à casa. Não há morte, não há corpo.

Mas há um crime.

No final de 2022, a família do desaparecido Fernando Santa Cruz, pai do atual presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, recebeu a certidão de óbito de Fernando onde consta que sua morte, ocorrida no dia 23 de fevereiro de 1974 (na data em que saiu de casa e não mais voltou, segundo denúncia da família) não foi natural, e sim violenta, causada pelo Estado brasileiro. A certidão, emitida pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (lembramos ser o ministério da bolsonarista pastora Damares Alves), por meio da Comissão de Mortos e Desaparecidos desmente de maneira cabal o presidente Bolsonaro que havia acusado — como sempre pérfido e sem prova alguma — os companheiros de militância (Ação Popular Marxista-Leninista) de Fernando de tê-lo assassinado. A certidão informa que Fernando faleceu de morte violenta provocada pelo estado brasileiro.

Para o governo ditatorial, o sequestro não existe. O desaparecimento forçado de pessoas foi uma política de Estado que, aniquilando os oponentes de maneira tão bárbara, espalhava o terror na sociedade.

Exercemos aqui a memória desses fatos, porque:

Quando os generais chilenos, argentinos, uruguaios anistiavam prisioneiros e torturadores, a balança não era igual. São os verdugos que saem limpos. É uma magnanimidade enganosa, uma autoindulgência. A anistia apaga o delito e a pena. Ela não se pronuncia sobre o fundo da questão. Ela não repara o dano. O direito à memória é um direito de reparação. (Daniel Bensaïd, *Jeanne de guerre lasse*, ed. Gallimard, Au vif du sujet, tradução da autora)

1.8 OS PORÕES DA DITADURA

O jornalista Antonio Carlos Fon publicou na revista *Veja* de 21 de fevereiro de 1979 a reportagem "Descendo aos porões", em que denuncia os matadores de Virgílio Gomes da Silva, militante da Aliança Nacional Libertadora (ANL), como sendo os capitães Benone de Arruda Albernaz, Homero Cesar Machado, Dalmo Cirilo, o então major Inocência Fabrício de Mattos Beltrão e o sargento da Polícia Militar (PM) Paulo Bordini.

Quarenta e quatro anos após os acontecimentos, nossos países vizinhos seguem acolhendo as denúncias sobre os repressores das últimas ditaduras. No início de dezembro de 2022, foram presos em Montevidéu os coronéis do Exército uruguaio Carlos Alberto Rossel Argimon e Glauco José Yannone de Leon por terem integrado o grupo que sequestrou em Porto Alegre os uruguaios Lilian Celiberti, Universindo Rodríguez e os filhos de Lilian, numa

missão da Operação Condor. Raptados em Porto Alegre, seriam levados ao Uruguai para interrogatório.

O chefe do comando uruguaio em solo gaúcho, no caso dos uruguaios sequestrados em Porto Alegre, o capitão Eduardo Ferro, teve a sua intimação judicial jogada no fundo do cofre do então comandante do Exército da ditadura, general Hugo Medina. E o caso morreu ali. Até que, em 2012, o presidente José Mujica, um ex-guerrilheiro Tupamaro, preso e torturado pelo regime, enviou um decreto à Suprema Corte uruguaia revogando todos os atos administrativos que impediam o julgamento de violações aos direitos humanos pela prescrita *Ley de Caducidad*, que os militares se concederam, em 1986, como garantia de impunidade. Mais de 80 casos de lesa-humanidade foram então retomados, entre eles o dos sequestrados em Porto Alegre.

1.9 ONDE ESTÃO

Na presente obra, com pequenos textos que caberiam numa caixinha, queremos lembrar o lado pouco mencionado de nossa história recente, os desaparecidos da ditadura, a política de Estado que encobriu assassinatos de pessoas. Os sucessivos governos militares são responsáveis pela vida dessas pessoas. Escrevemos em pequenos textos, lembrando os pacotes com as ossadas descobertas em cemitérios remotos. Os corpos que saíam da terra clandestina receberam o desdém de um regime que, sob o falso e ridículo argumento da ameaça comunista, durante mais de vinte anos (1964 -1985) causou o retardo do país, a perseguição, a prisão e o exílio de seus quadros. Sem querer avaliar o risco em eleger um candidato defensor da ditadura e da tortura, algo inimaginável numa democracia civilizada, o país novamente flertou com a escarpa. Assistimos incrédulos a grupos fora de si pedindo a volta da ditadura, sem noção do que é um regime de exceção com o estado de sítio vigente e as salas de tortura a todo vapor. Pediam até o AI-5, como maneira de reforçar um poder ditatorial e violento nas mãos presidenciais/milicianas. Aberta a caixa de Pandora, o ódio disseminado pelo país armou as mãos com pistolas e machadinhas.

Trazemos esses temas pungentes para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteçam.

2. DITADURA NUNCA MAIS

2.1 COM QUE DIREITO UMA INSTITUIÇÃO DO ESTADO TORTURA E DESAPARECE CIDADÃOS?

Caso de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira

“Um dia, se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, eu conto. Ele não vai querer ouvir a verdade. Eu conto para ele”, disse Bolsonaro em entrevista ao Jornal Nacional, dia 29 de julho de 2019, publicada no portal G1 logo após criticar a atuação da OAB no caso de Adélio Bispo, o autor da facada da qual ele fora alvo durante a campanha presidencial de 2018.

Como orgulhoso filho de Fernando Santa Cruz, eu, Felipe Santa Cruz, quero inicialmente agradecer as manifestações de solidariedade que estou recebendo em razão das inqualificáveis declarações do presidente Jair Bolsonaro. O mandatário da República deixa patente seu desconhecimento sobre a diferença entre público e privado, demonstrando mais uma vez traços de caráter graves em um governante: a crueldade e a falta de empatia. É de se estranhar tal comportamento em um homem que se diz cristão. Lamentavelmente, temos um presidente que trata a perda de um pai como se fosse assunto corriqueiro e debocha do assassinato de um jovem aos 26 anos. Meu pai era da juventude católica de Pernambuco, funcionário público, casado, aluno de Direito.

Aos 105 anos, minha avó acaba de falecer, sem saber como o filho foi assassinado. Se o presidente tem conhecimento, por “vivência”, tanto sobre o presente caso quanto dos demais “desaparecidos”, que fale, as famílias querem saber.

A respeito da defesa das prerrogativas da advocacia brasileira, nossa principal missão, asseguro que permaneceremos irredutíveis na garantia do sigilo da comunicação entre advogado e cliente. Garantia que é do cidadão, e não do advogado. Vale salientar que, no episódio citado na infeliz coletiva presidencial, apenas o celular de seu representante legal foi protegido. Jamais o do autor, sendo essa mais uma notícia falsa a se somar a tantas.

O que realmente incomoda Bolsonaro é a defesa que fazemos da advocacia, dos direitos humanos, do meio ambiente, das minorias e de outros temas da cidadania que ele insiste em atacar. Temas que, aliás, sempre estiveram – e sempre estarão – sob a salvaguarda da Ordem dos Advogados do Brasil.

Por fim, afirmo que o que une nossas gerações, a minha e a do meu pai, é o compromisso inarredável com a democracia, e por ela estamos prontos aos maiores sacrifícios. Goste ou não o presidente. (Portal G1, 29 de julho de 2019).

Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira era um pernambucano que desapareceu aos 26 anos de idade, estudava Direito e era funcionário do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo, onde residia com esposa, o filho de colo e, em plena ditadura, era também militante da Ação Popular Marxista-Leninista.

Sábado de carnaval, dia 23 de fevereiro de 1974, deviam ser três e meia da tarde quando Fernando saiu da casa do irmão no bairro Catete, no Rio, para encontrar um companheiro de militância. Vestido de acordo com a data, Fernando avisou que, se não retornasse até as 18 horas, teria sido preso, e lá se foi de bermudas, camisa e sandália.

A mãe, coitada, sentiu o coração bater ao ritmo do pêndulo da sala. Estremecia a cada badalada do relógio. Ela não queria imaginar o que poderia acontecer com o filho se ele não voltasse depois das seis. Já ouvira falar das atrocidades que faziam com os militantes clandestinos, como Fernando. Desde que o filho batera a porta atrás de si, a senhora ficou desassossegada. O irmão de Fernando, advogado, logo redigiu um *habeas corpus* para acalmar a mãe até a chegada do irmão. Mas a mãe, no recanto das suas lides, pressentia melhor o país desenhado pelo golpe de 64. Sabia que já não havia *habeas corpus* que protegesse alguém dos desígnios castrenses. Essa mãe lera com atenção o decreto do estado de sítio, a suspensão das garantias individuais. Por isso estava inquieta.

Soaram as seis badaladas, o sorriso pleno do filho não apareceu mais naquela sala. Dona Elzita faleceu aos 105 anos, esperando ver o filho. Como todos os familiares de desaparecidos, dona Elzita passou boa parte da vida batendo nos escritórios dos órgãos da ditadura procurando saber o paradeiro do filho, sem que alguém se dignasse a lhe dar alguma explicação. Onde está meu filho?

A família de Fernando, como as demais famílias de desaparecidos, percorreu todos os lugares onde era possível verificar a lista de pessoas em mãos da repressão, e procurou as personalidades dispostas a colaborar na busca, como o cardeal D. Paulo Evaristo Arns, o jurista Sobral Pinto, o escritor Alceu Amoroso Lima. Ainda que o resultado não viesse – como viria num regime que tinha como política de Estado a eliminação dos adversários? – as famílias encontravam um pouco de conforto nas Igrejas. O regime militar não permitiu aos familiares sequer uma sepultura onde flores e orações pudessem ser ofertadas ao ente querido. Enterravam às pressas, em fossas comuns, como fez o nazismo durante a guerra. Também incineraram em fornos anônimos. Foi o que revelou a Comissão Nacional da Verdade.

Bendita Comissão, sem a qual seríamos mantidos na mais abjeta ignorância do destino de nossos parentes. *É justo, é humano, é cristão que um órgão de segurança encarcere, depois de sequestrar, um jovem que trabalhava e estudava, sem que à família seja dada qualquer informação sobre o seu paradeiro e as acusações que lhe são imputadas?*", escreveu Dona Elzita, mãe de Fernando Santa Cruz em carta ao marechal Juarez Távora, em maio de 1974, alguns meses após o desaparecimento forçado do filho.

Que direi ao meu neto quando jovem for e quando me indagar que fim levou o seu pai, se ele não tiver a felicidade de ver seu regresso? Direi que foi executado sem julgamento? Sem defesa? Às escondidas, por crime que não cometeu?, escreveu ela em carta ao marechal Juarez Távora, em maio de 1974. (O Globo Política, internet, 25/06/2019)

Os ecos desses lamentos que ainda ressoam na nação, não deixarão de existir. Os corpos não foram devolvidos às famílias nem os mandantes e assassinos levados ao banco dos réus.

Ainda escuto a voz de minha mãe, Clara, escandalizada: *como podem perseguir, matar um jovem por seus ideais? Não tem cabimento, juventude é sinônimo de ideal.*

2.2 CATIVEIRO NUM QUARTO DE PENSÃO

Caso de Luiz Eurico Tejera Lisbôa

Naqueles anos, o bairro porto-alegrense do Bonfim era um lugar animado por jovens estudantes e suas entidades.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul estava logo ali, com suas assembleias apinhadas. O movimento estudantil era potente na luta contra a ditadura e a UGES, a União Gaúcha de Estudantes Secundários, era a que mais levava estudantes às passeatas. Luiz Eurico Tejera Lisbôa era um dos jovens pilares do movimento, familiar como as palmeiras imperiais que acompanham o traçado sinuoso da avenida Osvaldo Aranha, a principal artéria do bairro.

Desaparecido desde agosto de 1972, sete anos depois, sua esposa, Suzana Lisbôa, reúne as provas de que Luiz Eurico fora assassinado.

Amanhecia quando Suzana subiu no ônibus para São Paulo. Ia à procura de Luiz Eurico, desaparecido. Em São Paulo ela enfrentou delegacias, hospitais, necrotérios, repartições, lugares de *mala muerte* para puxar os inextricáveis fios que camuflam as pessoas desaparecidas forçadamente. Suzana trouxe para a luz do dia o quarto de uma pensão sombria onde Luiz Eurico fora baleado.

Em lugar do corpo do marido, o Estado brasileiro não tem nada mais que uma ficção para oferecer à esposa. Uma certidão de óbito com o nome clandestino de Luiz Eurico e uma causa *mortis*, que de tão inventada não vale a pena dizer.

O que aconteceu com Luiz Eurico? Dignatários do regime acharam que seus familiares não mereciam saber. Luiz Eurico fora sequestrado pelas forças repressivas, mantido em cativeiro ilegal e assassinado pelo Estado que deveria proteger sua vida. Ele tinha apenas 24 anos e uma jovem esposa que o esperava em casa. Encontrar seus restos mortais foi uma

história rocambolesca.

Quis o acaso que as peças do xadrez se encontrassem naquele cemitério remoto da zona oeste de São Paulo. Tudo começou com a compra de uma sepultura. A tia de uma amiga de Suzana adquire um jazigo para enterrar o marido recém-falecido. A sepultura ficava no cemitério Dom Bosco. Indagado pela senhora, o zelador do cemitério permitiu que a tia consultasse o livro de registros da necrópole. Na lista de enterrados, ela se depara com o nome de um sobrinho desaparecido. Logo o fato é anunciado a outros familiares de desaparecidos. Suzana Lisbôa encontra nos livros do cemitério Nelson Bueno, o nome falso de Luiz Eurico. No entanto, foi difícil localizar seu túmulo. Os corpos estavam enterrados num gramado amplo e a localização das sepulturas se dava através de um complicado sistema de contagem de passos. Localizados os restos de Luiz Eurico, o legista Badan Palhares faz a sua identificação, e Suzana pôde finalmente trazer o corpo para ser enterrado em Porto Alegre. Suzana obtém o atestado de óbito do marido, documento negado pelo regime a muitos brasileiros que ele próprio assassinara.

Recentemente ouvimos a fala carregada de ódio e erros de linguagem de um chefe do anacrônico Superior Tribunal Militar (STM) à Comissão Nacional da Verdade. Ele dizia com desprezo e ironia que as Forças Armadas atualmente são obrigadas a ouvir denúncias sem sentido, pois durante a ditadura elas foram absolutamente transparentes. O Destacamento de Operações e de Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) organismo de inteligência e repressão subordinado ao Exército, estiveram no comando das prisões e torturas na ditadura. Não houve transparência alguma nos desaparecimentos e mortes. Pessoas eram sequestradas em operativos militares, seus paradeiros não eram informados aos familiares, e muitas não reapareceram. Que homens são esses que, cúmplices de um regime ilegal, de exceção, pretendem ainda enganar contra todas as evidências? A tortura e os assassinatos clandestinos existiram e estão documentados, não apenas nos escandalosos depoimentos do tribunal castrense acima citados, mas também nos das vítimas. Ninguém inventou a fábula do regime violento.

No cemitério Dom Bosco foram encontradas 1049 ossadas na sua área mais isolada. Entregues em custódia ao departamento de Medicina da Universidade de Campinas, ficaram em depósito para garantir que no futuro, quando pudessem ser analisadas, elas ainda estivessem lá. O futuro chegou, e das 1049 ossadas apenas cinco foram identificadas até agora.

Luiz Eurico também gostava de escrever. Deixou poemas guardados pela esposa e

juntados por Antonio Hohfeldth no livro *Condições ideais para o amor*. Testemunham uma época e os muitos sonhos de uma juventude altruísta, que quis um país melhor e almejava reconquistar um Estado de garantias que fora liquidado pelo golpe de 1964. Esta obra é um surpreendente depoimento sobre os anos da ditadura.

2.3 MÃE E FILHO NA MIRA DA DITADURA

Casos de Zuzu Angel e Stuart Angel Jones

Inverno de 1971. Desfile em Nova Iorque da estilista brasileira Zuzu Angel. Na passarela, motivos militares bordados nos vestidos. Quepes, canhões, tanques de guerra, grades tentando tapar um sol tropical. Motivos militares em desenhos pequenos, delicados, estilo *naïf*. Os bordados surpreendem em túnicas de tecidos esvoaçantes, diáfanos, naquele desfile em Nova Iorque. A imprensa norte-americana logo percebeu ali o protesto contra a repressão da ditadura instalada no país em 1964. A jovem estilista costumava decorar suas performances com muitas flores de jasmim-manga. O intenso perfume da flor e uma suave luz rosa amarelada envolviam a todos durante os desfiles.

Filho de Zuzu Angel, Stuart Edgard Angel Jones tinha 27 anos e era militante da organização clandestina Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) quando foi detido numa barreira militar montada em Vila Isabel, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro.

Durante um tempo, Stuart Angel esteve desaparecido, sem que soubessem seu paradeiro. Mais tarde sua morte foi relatada pelos próprios companheiros de militância e considerada por oficiais militares como "um trabalho mal feito". A mãe, Zuleica, enviou cartas discretas a militares, autoridades brasileiras e estrangeiras, reproduzindo o que lhe contaram. Ainda assim negavam a prisão do filho. E Zuzu não acreditava na morte dele.

Detido em Vila Isabel no dia 14 de maio, Stuart Angel desapareceu no Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), na Base Aérea do Galeão, no Rio. Se ele tivesse passado pela área minutos mais tarde, a barreira militar já não estaria ali e ele não teria tido o destino que teve. No CISA, Stuart Angel foi submetido ao ritual usual de todos os detidos como ele: tiraram sua roupa e assim, vulnerável, imediatamente foi submetido à tortura. Quando já estava muito ferido, foi amarrado a um jipe com o cano de descarga enfiado na boca. O carro rodou pelo pátio, esfolando ainda mais seu corpo e sufocando seus pulmões com monóxido de carbono. Não tardou em sofrer os efeitos do veneno.

Há duas versões para o destino dado ao corpo do militante: numa ele é levado por um helicóptero da Marinha para uma área militar na restinga de Marambaia, na Barra de

Guaratiba, na periferia do Rio de Janeiro, e jogado em alto-mar. Na outra, teria sido enterrado como indigente, com o nome trocado, no cemitério de um subúrbio carioca, provavelmente Inhaúma.

O caso de Stuart Angel é um dos poucos em que o Comitê Brasileiro pela Anistia teve mais conhecimento dos detalhes. Reunido em Brasília, em 1972, um inoperante conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana² decide por oito votos a um arquivar o processo que apurava o desaparecimento de Stuart Angel. Votou contra o arquivamento o relator Carlos Rodriguez Reis. A favor, votaram Joaquim Justino Ribeiro, Filinto Müller, Geraldo Freire, Benjamin Albagli, os professores Pedro Calmon, José Salgado Martins e o ex-presidente nacional da OAB, Raymundo Faoro. Depois da votação, o poeta Alex Polari, uma das testemunhas do assassinato de Stuart Angel, divulga seu depoimento. Escreve para Zuzu Angel que se convence, então, da morte do filho.

Até então Zuzu não se cansava de bater à porta dos gabinetes das autoridades com sua aflição de mãe buscando o filho em mãos do Estado. Olhando fundo nos olhos daqueles homens, ela não podia acreditar na mentira que lhe repetiam todos os dias. Mentiam encarando-a de frente. Zuleica não conseguia acreditar que aqueles oficiais brasileiros lhe escondiam o paradeiro do filho. Ela lutou brava e incansavelmente. Bateu em todas as portas, foi a todos os endereços.

Antes da revelação dos companheiros de Stuart, Zuzu aguardava a volta do filho. Mesmo depois, continuou fazendo seus desfiles, contestando a repressão e a ditadura. Todos tinham medo. Todos menos ela, que agora queria o corpo do filho. Estavam surdos aos reclamos da mãe. Não tinham corpo a entregar, haviam dado um sumiço nele. E não podiam confessar a hediondez. Tiveram valentia para trucidar o jovem e não para contar a verdade. As bocas se fechavam num silêncio covarde.

Certamente, a presença daquela mulher que não aceitava a nova ordem, que se debatia inconformada, devia provocar um profundo ódio naqueles homens fardados acostumados ao mando e à obediência. Quando o limite chegou aos quepes, decidiram desfazer-se dela. Zuzu costumava visitar amigos como o escritor Zuenir Ventura, o dramaturgo Paulo Pontes e Chico Buarque aos finais da tarde para lhes contar as dificuldades que passava na peregrinação aos quartéis buscando o corpo do filho. A esses amigos Zuzu teria manifestado temor de que lhe ocorresse algum tipo de punição por ser uma mulher que não acatava passivamente a nova ordem e o sumiço do filho.

²O CDDPD -é um órgão colegiado criado dias depois do golpe pela lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, com representantes de setores ligados aos direitos humanos.

Com efeito, na madrugada do dia 14 de abril de 1976, Zuzu sofreu um acidente. O Karmanghia que dirigia caiu de uma altura de 10 metros ao ser fechado por outro automóvel. Quase 30 anos depois, a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos julgou o caso e apontou o regime militar como responsável pela morte da estilista. O local do acidente, o túnel Dois Irmãos, em São Conrado, passou a chamar-se túnel Zuzu Angel.

No carnaval de 2019, a escola de samba da Mangueira arrebatou o prêmio de melhor escola daquele carnaval com o enredo “História para ninar gente grande”. Hildegard Angel, filha de Zuzu Angel, a estilista assassinada pela ditadura e irmã de Stuart Angel, morto na tortura e desde então desaparecido, desfila, no alto de um carro, em pé sobre um livro e diante de outro onde se lê *Ditadura assassina*. Com esse enredo a Mangueira traz o país escondido dos brasileiros. O desfile e a vitória da escola são um respiro de democracia no oceano de frustrações em que estávamos mergulhados. Encerra o desfile um pavilhão nacional com as cores verde e rosa da escola onde no lugar de *Ordem e progresso* se lia *Índios, negros e pobres*. A vitória da Mangueira retoma o fio de um país censurado. Um tributo tardio àqueles que deram suas vidas pela nossa liberdade. Para o então recém-eleito presidente, deputado Jair Bolsonaro, o desfile da escola foi um golpe na sua escolha preferencial pela ditadura e pelos torturadores.

2.3 OUTRO NORTE-AMERICANO NO PAÍS DOS MILITARES

O caso de Paulo Stuart Wright

Na primeira segunda-feira do mês de setembro de 1973, o deputado estadual Paulo Stuart Wright foi visto pela última vez num trem suburbano em São Paulo. Ao perceber que estava sendo seguido por agentes policiais, decide separar-se do companheiro de viagem depois de combinarem um local de encontro. Ao tentar escapar do cerco, Paulo é capturado pelos policiais, levado para a OBAN³ e submetido a uma acareação com uma pessoa na sala de identificação, de acordo com a declaração prestada por escrito ao advogado José Carlos Dias, da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, e apresentada pelo advogado ao STM (Superior Tribunal Militar) sem resultado. Desde esta data seu paradeiro é desconhecido. Seu nome está em nota do Ministério da Justiça de fevereiro de 1975, em que é dado como foragido e acusado de ser militante da Ação Popular Marxista-Leninista.

Na verdade, os acontecimentos foram mais intrincados. Paulo teria sido sequestrado

³OBAN Ver nota 2

no trem e ficado sob jurisdição do IIº Exército, que o levou para o DOI-CODI. Aí, teve sua passagem constatada por uma mulher, que prestou depoimento em sessão secreta do STM. Este tribunal ordena ao Exército que informe o paradeiro do preso, mas não é obedecido. Ele segue desaparecido. No trem, Paulo estava com uma pessoa chamada Osvaldo. Notando estarem sendo seguidos se separam, mas a perseguição continua. Chegando em casa, Osvaldo é detido e levado ao DOI-CODI, onde é despido e torturado. Ele lembra ter visto no chão da sala de tortura uma camisa igual àquela que Paulo vestia quando estavam no trem.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA – Paulo tinha dupla nacionalidade, nascera no Brasil, de pais norte-americanos – inicia uma busca, por sua conta, atribuindo a seu caso o nº 1789.

Ele nascera em junho de 1933 em Joaçaba, Santa Catarina. Filho de pais norte-americanos, era normal que o Senado daquele país enviasse apelos e documentos tanto ao governo brasileiro quanto ao estadunidense para esclarecer a prisão e o paradeiro de Paulo Stuart.

Sociólogo formado nos Estados Unidos, ao chegar ao Brasil o militante Paulo se empregou como ajudante de torneiro mecânico. Posteriormente, Paulo foi convidado e assumiu uma secretaria na prefeitura de Joaçaba. Em 1960, Paulo cria a secretaria regional da União Cristã de Estudantes do Brasil e passa a dirigir a Imprensa Oficial do governo catarinense.

Paulo cria também a Federação das Cooperativas de Pesca de Santa Catarina para organizar a população de trabalhadores da pesca, envolvendo uma população de 25 mil famílias. O projeto, idealizado por ele, racionalizava a produção e especialmente a distribuição da pesca, contribuindo para uma significativa melhoria no nível de vida dos pescadores. Mas, se o projeto era bom para os trabalhadores, logo foi visto como um problema para um tipo tradicional de políticos conservadores da região, mais preocupados em tirar dividendos para si do que para os eleitores. Começaram as ameaças e perseguições. Paulo tem o mandato cassado. Se asila no México, mas retorna ao Brasil pouco tempo depois. Os políticos conservadores da região lançam contra ele uma campanha difamatória, e ele é acusado de ser um agitador comunista. Naquele momento de uma ditadura ferozmente anticomunista, disseminar o boato significava decretar sua sentença de morte. Desde então Paulo Stuart Wright desapareceu.

2.4 UM CÉREBRO BRILHANTE

O caso de Heleni Teles Guariba

Professora da faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, Heleni Teles Guariba foi presa em 12 de julho de 1971 em companhia de Paulo de Tarso Celestino, ambos acusados de pertencerem à ALN, organização armada da esquerda brasileira. Uma presa política ouviu Heleni ser interrogada – eufemismo para tortura – nos dias 19 e 20 de julho no Rio de Janeiro, e desde então não se soube mais dela.

Anteriormente, em março de 1970, já separada do marido, professor de história da USP, Heleni fora presa em Minas Gerais e localizada por familiares na OBAN onde o oficial Albernaz confirma a prisão da professora, mas nega que a Operação do Exército fosse um local de tortura. Alegava que ali não havia violência.

No Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) outro departamento da repressão, ficam sabendo que Heleni sofrera uma sessão de tortura de duas horas com choques elétricos comandados pelo oficial Albernaz. Em consequência dos choques, Heleni teve uma hemorragia e foi atendida no Hospital Militar de SP, onde ficou internada por dois dias. Em seguida, cumpriu pena de um ano de detenção no presídio Tiradentes.

Em abril de 1971 foi libertada, passando algum tempo com a mãe e uma tia e retomando aos poucos suas atividades teatrais, chegando mesmo a dar aulas de dramaturgia com Augusto Boal no Teatro de Arena. Nessa época ela é presa no Rio de Janeiro e desaparece. Heleni era parte de uma *intelligentsia* brasileira quase dizimada pelo regime dos generais e que tanta falta tem feito desde então.

2.5 A VELHA GUARDA DO PARTIDÃO

O caso de Mário Alves de Souza Vieira

Rosto ossudo, cabelo liso puxado para trás, orelhas ligeiramente descoladas do crânio, bigode espesso, olhar firme, Mário Alves mais parecia um burocrata de repartição do que um militante comunista. Como estudioso do marxismo-leninismo, Mário Alves é enviado à União Soviética em 1953, ano da morte de Stalin. Quem sabe, assistiu à ascensão e queda de homens poderosos como Beria (o chefe da polícia política de Stalin) e Krushev; quem sabe acompanhou ao vivo acontecimentos históricos, como o famoso relatório Krushev ao 20º Congresso do PCUS, denunciando os crimes de Stalin, até então sob o espesso manto do silêncio.

Em 1968 as divergências dentro do PCB se aprofundam e Mário Alves, com dois dirigentes históricos do Partidão (PCB) – Apolônio de Carvalho⁴ e Jacob Gorender⁵– saem para fundar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Em julho de 1970, Mário Alves é sequestrado pelas forças repressivas ao sair de casa no bairro carioca da Abolição. Tinha 46 anos. Foi visto pela última vez num dos centros de tortura da ditadura, o quartel da rua Barão de Mesquita, na Tijuca, por companheiros presos chamados a limpar o sangue e as fezes da sala de tortura. Ali eles viram Mário sangrando pela boca e pelo nariz, arquejando, nu, no chão imundo. Queriam lhe dar a água que ele pedia, mas os militares rindo a sua volta, não permitiram que lhe fosse prestado qualquer socorro.

Seu corpo não foi encontrado para ser devolvido à família. Mário Alves consta da lista de desaparecidos da ditadura.

2.6 TOALHA BRANCA NA CADEIRA

O caso de Aluísio Palhano

Até a morte do pai, um rico fazendeiro de café, Aluísio pôde contar com os benefícios de uma família abastada. Com o falecimento do pai, a família perdeu a fortuna e foi obrigada a morar com a avó materna em Niterói. Aluísio e o irmão mais velho começaram a trabalhar para ajudar no sustento dos irmãos menores. Empregado na Marinha Mercante, o mais velho se encontrava no navio Tutóia quando este foi torpedeado pelos alemães na costa brasileira. Com a morte do irmão, Aluísio se engaja na luta contra o fascismo. Em 1942 ele ingressa no Banco do Brasil e, em 1948, recebe a graduação em Direito. Chegou a presidente do sindicato dos bancários. Intransigente na defesa dos interesses de seus companheiros, um banqueiro teria insinuado a Aluísio a máxima dos filmes de série B, de que *todo homem tem seu preço*, ao que ele rapidamente respondeu, *Claro que tenho um preço, e esse preço é o atendimento de todas nossas reivindicações. Faça isso e a greve estará terminada.* (Cabral; Lapa, p. 177).

⁴ Apolônio de Carvalho: a fama chegava antes dele. Apolônio havia estado nas Brigadas Internacionais da Guerra civil espanhola e na Resistência francesa ao fascismo. Com o mesmo interesse ele militou no PCB, na ALN, na formação do PCBR e mais tarde no PT. Apolônio foi, até sua morte, aos 93 anos, um senhor de rara distinção, um homem de cultura relacionado com várias gerações de militantes, animando os círculos de companheiros.

⁵ Jacob Gorender, filho de judeu ucraniano e mãe bessarábia (Moldávia), nasceu na Bahia e passou a infância em cortiços. cursou a faculdade de Direito na Universidade da Bahia. Aos 18 anos abandonou tudo e ingressou na FEB para lutar com as tropas brasileiras na Itália. Retornando da Guerra, ingressou com Mário Alves no PCB de Giocondo Dias. Jornalista e historiador, teve uma vasta produção intelectual, destacando-se “O escravismo colonial” (escrito em grande parte no presídio Tiradentes) e “Combate nas trevas”, sobre a resistência à ditadura militar. Por toda a vida participou ativamente dos debates da esquerda, incluindo as dissidências do PCB após o golpe de 64.

Em 1964 Aloísio não aceitou a ideia da mulher de partir para o exílio. Em vez disso queria ir para o interior organizar a resistência armada. Finalmente foi convencido a sair do país e, pouco depois do golpe de 1964, pediu asilo na embaixada do México. Leda Palhano, a esposa, permaneceu sob o fio da espada no México até fins de 1964. Trabalhava numa fábrica e editava o *Correio Braziliense*, o jornal dos exilados. Enquanto isso, o marido tomava novos rumos, indo para Cuba, onde trabalhou na rádio Havana, participou da afamada colheita de cana na ilha e ainda presidiu o congresso da Organização latino-americana de Solidariedade (OLAS) de 1969.

Palhano esteve distante dos seus por cerca de seis anos. Em novembro de 1970 ele reapareceu para a família. No cinema Leblon encontrou rapidamente Leda, pela primeira vez em muito tempo. Tinha pressa em ver os filhos. A felicidade do encontro não foi tão simples para a esposa, com medo que estivessem sendo vigiados. Os militantes clandestinos e suas famílias viviam sob a ameaça de sequestro, angustiados: ninguém ignorava as consequências. Logo foi a vez de Aluísio aparecer para os filhos, o que aconteceu naquele novembro de 1970. Às vésperas do casamento da filha, o pai lhe regalava com sua presença. Uma toalha branca estendida numa das cadeiras da sala era a senha para que o pai entrasse na casa com segurança. Desse modo, Aluísio logrou passar algumas horas com a família. Foi a última vez em que estiveram juntos.

Depois de ler a carta enviada ao general Rodrigo Otávio Jordão Ramos (ministro do STM) pelo preso político Altino Rodrigues Dantas Junior (presidente da UNE em 1967), Leda, que não se conformava com a situação, passa a ver nela a injustiça de um pai que nunca quis ser um mártir, que era apenas um homem de verdade, com seus defeitos e qualidades, que acreditava na solidariedade, que gostava de caçar, de cozinhar, tinha a mania de inventar pratos usando a família como cobaia. Nesse momento ela precisava reprimir as lágrimas, dava um grande suspiro e pensava que agora queria justiça para os 11 dias em que Aluísio (como lhe contaram) fora torturado. Aluísio renunciara a tudo por suas ideias; queria que a verdade da sua morte fosse revelada, que os carrascos fossem julgados pelos tribunais; pensava ser isso um direito seu, especialmente depois de ler a carta corajosa de Altino. Aluísio fora levado da cela dia 21 de maio de 1971 e desde esta data não foi mais visto. Na sala de tortura, naquele dia, os presos viram muito sangue, mais do que o normal.

Em carta enviada do México a um amigo, Palhano manifestava, como todo clandestino, dúvidas sobre o caminho tomado. Raramente havia escolha. A repressão fazia suas listas de procurados e a clandestinidade não era uma escolha, era uma questão de sobrevivência.

2.7 ARAGUAIA, TERRA SAGRADA

O caso da guerrilha do Araguaia

Entre 1970 e 1975, o PCdoB lançou um movimento guerrilheiro na região do rio Araguaia, na confluência dos estados do Pará, Maranhão e Goiás. É difícil precisar o local onde se estabeleceu a guerrilha. Fato é que ela se instalou no meio da mata, entre as populações pobres. O objetivo era politizar essas populações e resistir com elas à violência das forças repressivas, transformando essa situação numa guerra popular, à maneira da revolução maoísta na China, em que as cidades seriam cercadas pelas forças populares do campo.

Em 1972, no período inicial do foco guerrilheiro, o governo estabeleceu uma ferrenha censura aos órgãos de comunicação, impedindo que a opinião pública do país tomasse conhecimento do que se passava. Ao mesmo tempo, desencadearam uma brutal repressão na área para intimidar e impedir qualquer apoio à guerrilha.

Em outro depoimento recolhido pelo Comitê Brasil Anistia, José Genoíno relata:

Durante mais de dois anos travou-se renhida luta. O Exército realizou três grandes e aparatosas campanhas, em conjunto com a Aeronáutica, a Marinha e a Polícia Militar, contando com armas modernas e vastos recursos materiais. Na primeira — em abril/junho de 1972— empregou mil homens; na segunda — em setembro/novembro de 1972 — 15 mil homens — de outubro de 1973 a maio de 1974, mobilizou de 5 a 6 mil soldados. O cerco era feito na área e tropas eram lançadas pelas picadas e caminhos, isolando a guerrilha do resto do país. Nas cidades mais importantes da região ficavam as principais bases e quartéis e tropas eram lançadas pelas picadas e caminhos da selva com o apoio da aviação. Vários pontos da mata eram metralhados e outros incendiados com desfolhantes químicos. Exigiam salvo-condutos para as pessoas circularem na localidade; proibiam os castanheiros de entrarem na floresta e em alguns povoados chegaram ao ponto de prenderem todos os homens — só em Marabá prenderam 200 pessoas. (Cabral; Lapa p. 261-262).

Conta o sobrevivente José Genuíno Neto em entrevista, 14 de abril de 2022, dada à Breno Altman no portal Diário do Centro do Mundo.

Iniciada a repressão à guerrilha, durante mais de dois anos o sul do Pará se transformou numa praça de guerra onde foram cometidas inomináveis atrocidades contra os guerrilheiros e as populações locais. Não há registro de feridos ou de corpos na violenta operação do Exército. Mas há documentários com depoimentos das populações ribeirinhas que tiveram suas casas e modestas roças incendiadas.

2.8 INSTITUIÇÕES CATÓLICAS RECEBEM DENÚNCIAS SOBRE OS DESAPARECIDOS

Os casos de Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva

Que sua lembrança inspire as futuras gerações a lutar, como ela, contra os que tentam sufocar a liberdade.

Homenagem do Instituto de Química da
Universidade de São Paulo. Abril de 2014.

Um grande botão de rosa em pedra negra, o monumento homenageando a sequestrada/desaparecida pela ditadura veio nove anos depois de sua brutal demissão, em 1975, do Instituto de Química, onde Ana Rosa era uma das professoras mais jovens. Quem sabe, uma maneira da entidade acalmar a culpa de ter demitido por abandono do posto alguém que não comparecia ao trabalho, não por sua própria vontade, mas por ter sido sequestrada por órgãos de segurança da ditadura, tendo sido brutalmente torturada.

Ana Rosa Kucinski tinha marcado encontrar com o marido, Wilson Silva, naquela terça-feira, 22 de abril de 1974. Pensavam almoçar na Praça da República, em pleno centro de São Paulo, mas foram raptados pela equipe do delegado Sergio Fleury, então um policial famoso, ligado desde os anos 1960 aos Esquadrões da Morte.

Irmão de Ana Rosa, o escritor Bernardo Kucinski foi colega na faculdade de Física de Wilson Silva e, compartilhando opiniões semelhantes da história, chegaram a organizar uma lembrada exposição na faculdade sobre a Guerra Civil Espanhola, momento histórico caro à Política Operária (POLOP), organização na qual militara Wilson Silva antes de ingressar na ALN.

Em seu extraordinário livro sobre a busca da irmã Ana Rosa, Bernardo conta como tarda em aceitar a ausência dela. Corre então às poucas portas que se abrem para os casos de desaparecimento forçado de pessoas. As instituições religiosas católicas são as primeiras em receber as denúncias. Judeu, Bernardo sente um certo desconforto ao entrar nos prédios católicos. Mas ali está a ajuda de que necessita. Logo, impetra um *habeas corpus* para saber onde estão a irmã e o cunhado. Feito o pedido pelo competente advogado Aldo Lins e Silva, este foi negado, pois nenhuma unidade militar ou policial reconhecia a prisão do casal, e as próprias leis do estado de sítio vigente haviam suprimido a medida judicial do *habeas corpus*. O espantoso da situação era a instituição que havia sequestrado o casal não admitir o feito e negar possuir qualquer prisioneiro. E pensar que há quem exija, em praça pública, a volta desse regime. Desconhecem o que realmente foi, fecham olhos, ouvidos e narizes para os

gritos e odores dos porões. E, sobretudo, por ignorância da História, ingenuamente supõem estarem livres da mira do aparato repressivo. Quantas revoluções tiveram seus cortadores de cabeças vendo, em seguida, as suas próprias rolando dos cadafalsos?

Depois de muitos pedidos de familiares dos detidos/desaparecidos, o governo brasileiro tem a indecência de responder à Comissão dos Direitos Humanos da OEA não ter responsabilidade alguma sobre o destino do casal e que não tinha informações sobre este caso. Com isso acreditam ter posto um ponto final ao clamor.

Nós temos um entendimento bem diferente disso. Para nós, aqui começa um autêntico conhecimento da nossa história recente. E queremos saber mais. Trata-se de justiça, nunca de vingança. Onde, como, por quê e, claro, quem fez essa sujeira toda. Sangue, urina e fezes nas salas de tortura, por elas se esvaía a vida e com elas se comprova o padecimento. Os gemidos, as súplicas pela água interdita por causa do corpo ainda carregado com a eletricidade da tortura. Os músculos dilacerados no pau de arara, os vômitos convulsivos. As ferroadas no lugar das unhas arrancadas. Porque é disso que se trata, é disso que estão falando ao pedir a volta da ditadura. O estado de sítio que suprime imediatamente as garantias constitucionais, todos os direitos dos cidadãos, deixando-os à mercê da crueldade das patotas de torturadores e desordeiros de toda espécie.

2.9 DE RETIRANTE A GUERRILHEIRO

O caso de Virgílio Gomes da Silva

Nascido numa pequena povoação no Rio Grande do Norte em 1933, Virgílio deixou para trás os dias de retirante nordestino para ingressar na Aliança Nacional Libertadora (ANL) de Marighela, na qual comandou um grupo que participou do sequestro do embaixador Charles Elbrick para libertar 15 presos políticos que sofriam tortura. No auge da repressão, pós o Ato Institucional número 5 (AI-5), embaixadores foram moeda de troca por presos políticos nas mãos da repressão.

Virgílio dividia então a militância com os mais variados trabalhos para poder sobreviver, desde seringais, passando por pequenas labutas. Numa pensão foi transportador de paralítico em cadeira de rodas, foi balconista, mensageiro de empresas, guarda de fábrica. Chegou até a ser dono de bar. Nessa época, 1957, é quando pisa um chão de fábrica. Funcionário então da Nitroquímica, ele ingressa no PCB e no Sindicato de Químicos e Farmacêuticos para, em 1963, comandar uma greve de 3 mil operários da Nitroquímica e da Lutfalla, empresa imobiliária e construtora. Num entreviro com um dirigente armado desta

empresa, Virgílio e companheiros são feridos, fazendo que a massa de operários entre na fábrica, parando as máquinas. Com a chegada da repressão, a reação dos grevistas é cinematográfica: a viatura policial é tombada de pernas pro ar, os policiais são desarmados e as armas jogadas num matagal. Mesmo assim, Virgílio fica detido na matriz do sindicato até o golpe de 1964, quando é libertado.

Uma vez em liberdade, ele sobrevive vendendo eletrodomésticos. Meses depois percebe estar sendo seguido, e aí vai para o Uruguai, de onde volta pouco tempo depois. Nessa época compra um bar em Itaim São Miguel, onde fica morando. Chegamos a 1967, quando na esquerda brasileira há um grande debate sobre a capitulação do PCB diante do golpe de 1964. Virgílio faz sua opção pela luta armada, uma das correntes em que se dividia a esquerda, e ingressa na ANL de Marighela, uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro. Vinte e três dias após o exitoso sequestro do embaixador norte-americano do qual participara, Virgílio é preso na Av. Duque de Caxias, em São Paulo e levado para a OBAN. Em seguida, é submetido a uma longa sessão de choques elétricos na cadeira do dragão e também no pau de arara, tendo sido torturado dia e noite. Segundo relato de duas testemunhas, Virgílio foi morto a pontapés. Foi visto chegando à OBAN e sendo espancado por inúmeros policiais até cair no chão com a cabeça sangrando. O delegado do DOPS Walter Fernandes declara a Creusa Gomes da Silva, irmã de Virgílio, tê-lo visto morto na OBAN, seu corpo completamente mutilado.

Logo, um dos principais torturadores da OBAN, o capitão de artilharia do Exército, Benone de Arruda Albernaz espalha entre os presos a notícia de que Virgílio teria conseguido fugir⁶.

2.10 UM MUSEU NACIONAL CHAMADO HONESTINO GUIMARÃES

O caso de Honestino Guimarães

Honestino tinha 17 anos em 1964 e foi o primeiro colocado no vestibular de Geologia da Universidade Nacional de Brasília. Foi um aluno brilhante, de notas altas. Logo sua consciência social e nacionalista se transformaria, como aconteceu com a maior parte da juventude estudantil naqueles anos, em decorrência da luta contra a ditadura. 1968 foi um ano de importantes lutas no Brasil e no mundo: na França ocorreu o Maio de 1968 e, na guerra do Vietnã, em 30 de janeiro de 1968, vietcongs e vietnamitas do norte lançaram a ofensiva do

⁶Quando queriam se desfazer de um preso aplicavam a lei da fuga: espalhavam o boato de que o preso tentou fugir e com isso ele era executado, “com justa razão”.

Tet, que durou de janeiro a setembro de 68, contra as forças norte-americanas e sul-vietnamitas. Esse ascenso das forças progressistas alentava as forças populares e de esquerda mundo afora.

Preso logo no primeiro semestre daquele ano e ameaçado de novas detenções, Honestino passa a viver praticamente na UnB, naquele momento declarada uma espécie de território livre dos estudantes. Não querendo arriscar a perda da namorada, Honestino se casa por procuração com Isaura no conturbado mês de agosto, quando, no dia 29, ocorre uma das invasões militares à UnB. Honestino participa ativamente da organização dos estudantes contra as invasões. Sua mãe conta que nos dias que antecederam ao AI-5, em dezembro de 1968, a família viveu momentos de muito sofrimento: sua casa foi invadida mais de uma dezena de vezes e ela assistiu seus familiares sendo arrastados à força. O irmão mais novo de Honestino foi torturado para revelar o paradeiro do irmão.

Nessa época, Isaura e Honestino vão viver em São Paulo na clandestinidade. Em 1970 nasce Juliana, e no ano seguinte o casal se separa. É o desgaste de uma relação nas duras condições da clandestinidade.

Honestino havia montado, então, um esquema simples para prevenir a mãe caso fosse preso. A senha era "internado em tal hospital", "internado" para significar preso e o hospital, o local da detenção. A mãe conta que recebeu um aviso de que o filho fora preso em 13 de dezembro de 1973. Depois não recebe outras notícias. Sua vida se transforma em idas e vindas a diferentes cidades. Não consegue nada. Mas esta mãe escreve: *Eu sinto que voltará. É por isto que ele ainda está vivo. Não atingiram aquela pedra, o alimento essencial da conservação do ser, a esperança.* (CABRAL e LAPA, 1979, p.154)

Amigos, cada vez mais amigos procuravam compensá-la pela grande perda que só ela não via. Até que: aos poucos foi percebendo um fenômeno interessante, uma a uma as portas foram se fechando. E por fim, não tinha mais a quem recorrer. E quando sentiu isso, foi-se levando consigo a inseparável esperança, baluarte da sua existência. Eis que a sensação terrível chega e vem morar em seu teto. Vem, chega, entra e fica. A impotência. (CABRAL e LAPA, 1979, p.154)

Durante anos a mãe percorreu quartéis, gabinetes de generais e chegou até a um ministro de Estado, o general Golbery do Couto e Silva. Contam que este se comoveu às lágrimas, o poderoso general, e que ele foi forçado a admitir que seu governo estava encontrando dificuldade em controlar a máquina da repressão.

Aos 26 anos Honestino Guimarães foi levado. Ficaram Isaura e Juliana – mãe e filha – para contar como é esperar alguém que nunca voltará.

2.11 ANA DIEGO, ALUNA NO ESPAÇO SIDERAL

— *São cinco da tarde* – disse Ana sussurrando.

— *Como tu sabes?* – indagou a companheira da cela ao lado.

— *Pela projeção do sol na parede se forma um ângulo e, por trigonometria, posso medir o seno e o cosseno. Desse modo posso calcular. Estudo Astronomia, esclareceu aos ouvidos atentos e espantados da interlocutora.*

Continuamos conversando de cela a cela, no campo clandestino de detidos desaparecidos chamado Pozo de Quilmes, na periferia de Buenos Aires. Tínhamos levantado a venda dos olhos e olhávamos para um paredão em frente pela fenda na porta por onde passavam o prato de comida. Um dia ela foi levada. Nunca mais soube nada dela. Sempre transmiti a meus alunos que a trigonometria é muito importante para resolver problemas cotidianos das nossas vidas.

Esta é uma homenagem a você, Ana, que pôde me dizer a hora quando eu havia perdido todas as referências.

Este fragmento poético – transmitido pelo amigo Osvaldo Salgado, arquiteto argentino de Salta – foi escrito por Emilce Graciela Moler na sua rede social para o novo aniversário do sequestro e desaparecimento de Ana Teresa Diego, ocorrido numa quinta-feira, 30 de setembro de 1976, quando saía da faculdade. Ela conseguiu gritar seu nome antes que a empurrassem com violência para um automóvel sem placa. Ana tinha 21 anos e nascera em Bahía Blanca. Era uma brilhante aluna do doutorado de Astronomia da Universidade de La Plata e militava na Federação Juvenil Comunista. Foi vista pela última vez no campo clandestino do circuito Camps. Zaida Franz, mãe de Ana, foi das primeiras mães a se mobilizar em busca da filha.

Em 2012, a equipe argentina de antropologia forense identificou os restos de Ana Teresa Diego. Seu corpo havia sido enterrado numa fossa comum do cemitério de Avellaneda, periferia de Buenos Aires. Antes, porém, no dia dos Direitos Humanos, o Comitê da União Astronômica Internacional aprovou a proposta dos decanos da Faculdade de Ciências Astronômicas e Geofísicas de La Plata e batizou um asteroide com o nome Anadiago. O nome dessa aluna generosa e comprometida designará para sempre o asteroide 11441. Com certo esforço o encontramos em meio a uma pequena poeira cósmica entre Marte e Júpiter, no principal cinturão de asteroides descoberto em San Juan.

É a primeira vez que o nome de um desaparecido designa um corpo do sistema solar.

Para que nunca esqueçamos.

Para que não mais aconteça.

2.12 O CASO DAS MÃOS AMARRADAS

O caso do Sargento Manoel Raymundo Soares

Manoel Raymundo Soares nasceu em Belém, em 15 de março de 1936; morto em Porto Alegre, entre 13 e 20 de agosto de 1966, foi sargento do Exército Brasileiro. Sua morte é considerada uma das primeiras, se é que não foi a primeira, provocada pela ditadura cívico-militar brasileira. Aos 30 anos, tinha a mesma faixa etária dos demais jovens sacrificados pelo regime.

Manoel Raymundo nasceu numa família pobre em Belém do Pará e buscou o Exército para melhorar seu nível de vida. Manoel Raimundo, ao que se supõe, aderiu ao brizolismo e provavelmente por este motivo foi perseguido, preso e torturado até a morte e seu corpo foi abandonado nos taquarais às margens de uma ilha do Guaíba, em Porto Alegre. Foi uma das primeiras vítimas do desaparecimento forçado de pessoas. Era o ano de 1966, um mês de agosto. Bárbaros já estavam no poder da nação.

3. SOBREVIVENTES

3.1 PILLA VARES, LUIZ PAULO, PILLA, ALEMÃO

Escritor e jornalista, Luiz Paulo Pilla Vares foi um intelectual marxista. Sempre trazia livros nos bolsos do casaco ou na ponta da língua. O Alemão é lembrado por muitas coisas: pelo entusiasmo com que falava dos soviets, da chegada ao poder da classe trabalhadora, onde quer que fosse nesse mundo. Jovens militantes que éramos naqueles dias do golpe militar, ouvíamos embasbacados suas falas sobre o catalão Andreu Nin, dirigente do trotskista POUM (Partido Operário da Unificação Marxista, um dos partidos de esquerda da Guerra Civil Espanhola), que logo aderiu ao sindicalismo revolucionário da CNT propondo o ingresso da agremiação na IIIª Internacional, a Internacional Comunista. Nin foi morto por estalinistas na ofensiva que fizeram em 1937 contra líderes trotskistas na Espanha. A tudo ouvíamos extasiados, descobrindo um conhecimento que não tínhamos da história, do mundo. Pilla nos estimulava a ler, a estudar os fatos históricos para melhor entender nosso universo. Nas administrações petistas de Olívio Dutra e Tarso Genro, ele fez uma reconhecida gestão como secretário da Cultura, criando o Funproarte de financiamento público e fomento à produção cultural e o festival Porto Alegre em Cena.

Iniciou sua militância no Partido Comunista Brasileiro. Foi um dos entusiastas fundadores do PT ao lado de Marco Aurélio Garcia, Marcos Faerman, Raul Pont e Flavio Koutzii. Pilla foi o melhor formador de quadros que um partido de esquerda poderia ter. Culto, grande leitor, estava sempre disposto a debater com os jovens os temas mais polêmicos que circulavam. Escrevia regularmente no jornal porto-alegrense Zero Hora. Se valia de um estilo pessoal que hoje chamam equivocadamente de debochado, uma mistura de ironia com humor ácido.

Casado com Sônia, sua prima em segundo grau, tiveram um filho, a quem chamaram de Angelo, nome do avô paterno de Sônia e também nome do nono italiano que originou este ramo dos Pilla. Com a separação, anos depois, Luiz Paulo manteve uma longa relação com a professora Maria Luiza Pinto, a Malu. Jovem afável, Malu aprecia caminhar pelas vias estreitas dos pomares das terras gaúchas colhendo as frutas do mato. Ao final do passeio os balaios são perfumados, coloridos. Ver a Malu é enxergar o Pilla ao lado dela. Temos sentimentos divididos: para alguns de nós, foi bom ele não ter visto a invasão nazifascista do país. Teria sido demais para ele. Como foi para todos nós. De alguma forma somos vinhos da mesma pipa, bebemos na mesma concha de água oferecida.

Juntamente com Erich Sachs, Emir e Eder Sader, Marco Aurélio Garcia, Flávio Koutzii, Raul Pont e outros, foi um dos fundadores do POC (Partido Operário Comunista).

Preso pela ditadura em 1970, Pilla Vares foi morar no Rio de Janeiro, onde permaneceu por cerca de sete anos. De volta a Porto Alegre, dedicou-se ao jornalismo e se tornou editor do Segundo Caderno de Zero Hora. Manteve uma coluna quinzenal neste Segundo Caderno. Produziu quantidade de pequenas obras de vulgarização de temas de História e de Marxismo.

Voltando no tempo, em 1960, ao iniciar curso de Direito na UFRGS, Luiz Paulo ingressou no PCB e, mais tarde, no Partido Operário Revolucionário e logo na Política Operária, organizações então de inspiração trotskista e luxemburguista. Foi essa capacidade de mobilizar pessoas – apontam os colegas – que fez a gestão de Luiz Pilla Vares como secretário municipal da Cultura de Porto Alegre, nos governos de Olívio Dutra e Tarso Genro, ser decisiva para que estas fossem duas das mais reconhecidas administrações públicas que a cidade já teve.

Nos anos 1980 Luiz Paulo ligou-se ao PDT de Brizola, ao mesmo tempo em que fez parte do grupo de militantes e intelectuais que fundaram o PT, tendo sido presidente municipal deste partido. Pilla Vares, seguiu a tradição do pai, Paulino de Vargas Vares, como ardoroso torcedor do Internacional de Porto Alegre, que nem sempre lhe deu as alegrias que pensava merecer. Avesso à ignorância, à burrice, o Alemão não saberá como nos fez falta nestes anos sombrios, com sua fala luminosa sobre as lutas das mulheres, dos trabalhadores.

3.2 TIMM, PAULO TIMM, PC TIMM

Ele ama reunir os amigos no seu *flat* da Rua da Praia, um luxo de urbanidade pra quem vem de Viamão como eu. O ruído dos talheres recebem um quê de abafamento. O *puchero* tem o perfume aconchegante da alfavaca para reunir os amigos de tanto tempo. Paulo Timm já foi proprietário de um magnífico Ford Fairlaine canário, puro cromado formando arcos de asa delta nas laterais. Chamava a atenção o aro no centro da direção. Uma joia dos *roaring 50's*.

Em 1966 PC Timm, aluno de Economia na UFRGS, ingressou no curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da UFRGS e logo, nessa época, estando no Partidão, aderiu aos jovens militantes estudantis que já formavam a Dissidência do Rio Grande do Sul. Timm participava ativamente das escolas de formação de quadros da Dissidência. Dois anos depois ele reduz o ativismo militante para frequentar um pós-graduação. Mas não deixa de visitar os

companheiros de militância, agora na qualidade de simpatizante, inclusive durante a criação do POC. Quando, em 1970, Timm foi para o Chile, ao contrário da maioria dos brasileiros fugidos da repressão, foi para cursar um mestrado em Economia na Universidade do Chile. Em Santiago, sua casa, sempre de portas escancaradas, era um porto seguro para os refugiados brasileiros. Timm sempre cultivou uma espantosa generosidade. Ele teve a sorte de não ter caído nas malhas da repressão brasileira, mas nem por isso deixou de viver a angústia que todos passamos durante os anos de chumbo.

Por dois anos abrigou em sua casa chilena uma militante, cujo companheiro estava na prisão Tiradentes, em São Paulo. Em 1973, nos primeiros dias após o golpe de Pinochet, sua casa em Santiago foi invadida pela repressão. PC Timm retornou ao Brasil, já que não tinha processo ou pedido de captura. Ao voltar, graças a seus companheiros do Partidão, Paulo Timm conseguiu emprego na Universidade de Brasília e no IPEA, onde permaneceu até 1980, quando foi sumariamente demitido.

Porto Alegre, Santiago, Brasília, Timm não sossega numa cidade. Logo mais está em Lisboa, num encontro de trabalhistas liderados por Leonel Brizola para a fundação do PTB/PDT. Esteve também em Brasília na luta pela redemocratização, ao lado de Sigmaringa Seixas, Fernando Safatle e outros resistentes, com os quais contribuiu para a formação do Comitê Anistia de Brasília e pela luta em prol da representação política da cidade. Em 1979, PC Timm assumiu a presidência do sindicato de Economistas de Brasília e deu início à organização da célula brizolista em Goiânia. Depois, em 1982, disputou o governo do Estado de Goiás pelo PDT. Foi também presidente do Conselho de Economia do DF. A pedido de Brizola disputou o governo do Distrito Federal, quando contou com o apoio no 2º turno de Cristovam Buarque. Na administração deste ocupou vários cargos, chegando a administrador do Lago Sul.

Depois dessas andanças todas, Paulo Timm é finalmente anistiado, em 1979, voltando a ocupar seus cargos no IPEA e na Universidade de Brasília, órgãos pelos quais se aposentou há 20 anos. Atualmente PC Timm se dedica a escrever, tendo vários livros publicados. Mora entre Torres no RS e Passo de Torres em SC. Pratica um intenso ativismo político-cultural e se dedica a pesquisas sobre História do RS, de Porto Alegre e de Torres. É autor do site www.cronoletespoa250.com.

No momento que vivemos, nada mais oportuno que a ideia norte deste militante. Um país se faz com homens e livros.

Amém, Paulo Timm.

3.3 ROGÉRIO, ZÉ, AMORETTI

Ele nasceu em Caxias do Sul, e antes de ser médico, psicanalista, idealizador de um projeto de bioética, pai, irmão de família numerosa e ativa, Rogério fez parte da base estudantil do Movimento Universidade Crítica da Medicina da UFRGS. Ele chegou no momento em que a juventude brasileira se mobilizava contra o acordo MEC-USAID, que submetia o ensino brasileiro às necessidades imediatas da economia e dos interesses do mercado. Esse acordo reduzia a carga horária das matérias ditas humanas e tornava obrigatório o estudo da língua inglesa. Ao ser exposto à luz do dia, o acordo levou centenas de estudantes às ruas do país. O inacreditável aparato repressivo posto à disposição das autoridades, com batalhões da polícia de choque e helicópteros, obrigou o movimento estudantil a encontrar novas formas de luta. Por serem maiores e mais fortes fisicamente, nossos camaradas da Medicina subiam facilmente no teto dos bondes para cortar os cabos elétricos, deixando os pesados veículos no meio da curva, atravancando passantes e automóveis, facilitando a distribuição dos panfletos, dificultando a chegada da repressão. Com grossas luvas para se proteger da corrente elétrica, nossos companheiros e colegas de faculdade nos davam o tempo necessário para explicar aos passantes que a censura imposta pelo regime escondia a tortura e os maus-tratos praticados nas delegacias e quartéis.

Começava o ano de 1971: a biblioteca da enfermaria 29 da Santa Casa é invadida por um grupo de militares, despachados para prender um estudante daquela faculdade, mas não o encontraram. Já indo embora, infelizmente lembraram o nome de outro estudante que também estava na mira da repressão. Rogério tinha 25 anos. Foi levado para o Palácio de Polícia e nesse prédio lhe aplicaram o lote dos violentos maus-tratos dos primeiros dias de detenção.

Mais tarde trouxeram para o DOPS aquele estudante que buscavam. Ao ser detido, em plena sala de aula, esse aluno declarou aos colegas e professor que estava sendo preso, que avisassem à diretoria da faculdade e ao Centro Acadêmico. Essa iniciativa levou, pouco tempo depois, alunos e professores recém-informados dos desmandos dos policiais aos guichês do DOPS. Essa avalanche de professores e alunos foi uma presença importante, significando aos torturadores e mandantes que a sociedade estava prevenida e disposta a acompanhar os acontecimentos.

Rogério permaneceu preso no Palácio de Polícia durante o mês de fevereiro. Quando solto, recebeu ordem de não se afastar da cidade sem autorização policial. No começo devia se apresentar periodicamente na Reitoria e na direção da faculdade de Medicina, mas essa obrigação logo caducou.

No entanto, processado pela Lei de Segurança Nacional, foi julgado e absolvido por falta de provas, já que se tratavam de crimes "de pensamento".

Entretanto, em 1972, teve início outro processo, onde foi acusado pela Justiça Militar de crime contra a Lei de Segurança Nacional, juntamente com outras 13 ou 14 pessoas vinculadas à VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), uma organização clandestina distinta da dele. No ano seguinte, o processo foi concluído, com poucas condenações e penas relativamente pequenas. Um ou dois anos após esse julgamento, todos já estavam em liberdade.

Para um estudante de Medicina iniciando seus estudos, esse era um começo atribulado. Era uma época que não permitia outra atitude para a maioria dos jovens conscientes. Rogério seguiu o roteiro da maior parte dos estudantes brasileiros. Participou ativamente do movimento estudantil e, em razão disso, foi preso, barbaramente torturado e, pior, caiu nas malhas da Justiça Militar, tendo escapado da prisão por falta de provas. Ele seguiu a vida, fez residência em Medicina interna no Hospital Ernesto Dornelles, onde trabalhou como radiologista.

Aos 30 anos Rogério recebeu a proposta de integrar a equipe de radiologistas do Hospital Nossa Senhora da Conceição, instituição da qual foi diretor técnico. No mesmo ano casou-se com uma jovem, caxiense como ele. Tiveram duas filhas que vivem e trabalham em Brasília. E netos.

Hoje em dia, parte da atenção de Rogério recai nos temperos dos deliciosos pratos que faz. Chega mesmo a dizer que gostaria de ser lembrado por esses pratos. Não será difícil. Mas a paixão desse médico pacato, que curte boa comida e um bom vinho é o seu weimaramer, 50 quilos de músculos e de uma lã branca, macia.

Com tempo firme, pode-se encontrar Rogério de enxada na mão, revirando a terra e as origens, criando novos interesses para uma vida que a ditadura tentou, mas não logrou pôr abaixo.

3.4 FLAVIO KOUTZII

Em maio de 1975 o apartamento de Flavio em Buenos Aires foi invadido pela polícia. Naquela noite ele foi levado para a delegacia do bairro e fichado. Mais tarde, um grupo de policiais veio buscá-lo e o levou à sede da Polícia Federal argentina. Flavio ignorava estar sendo conduzido a uma sala de tortura onde outros militantes da Fração Vermelha do PRT, igualmente presos e encapuzados, se encontravam, alguns já tendo sido interrogados.

Enfiaram um capuz na sua cabeça segundos antes de sofrer o violento ataque da equipe de torturadores, que resultou no nariz quebrado e hematomas no rosto. Os olhos adquiriram uma forte coloração arroxeadada. O ar escasseava com os socos que recebia na boca do estômago. Pouco depois sentiu algo frio encostado em seu peito. Era o estetoscópio do médico que mantinha os presos vivos, ordenando aos torturadores intercalarem os maus-tratos com pausas. É preciso dizer que nessas circunstâncias nossos sentidos se aguçam, combinando alucinação com lembrança física, sendo possível em parte imaginar o que está acontecendo, mesmo encapuzado. As frestas no capuz ajudam a ver o exterior. Foi assim que Flavio pôde perceber quando o deitaram numa cama metálica para a sessão de choques elétricos.

Eram muitos os presos largados num mesmo ambiente, todos encapuzados. De vez em quando alguém era levado para uma das salas ao lado, onde a tortura recomeçava.

Depois de um tempo interminável, ele lembra difusamente ter sido brutalmente arrancado daquele lugar e forçado a deitar no chão de um automóvel. Teve início uma viagem longa, com muitos sacolejos, ao final da qual o fizeram passar por uma porta larga. Ao fundo conseguiu ler numa alta caixa d'água a inscrição *Unidad n° 9 La Plata*. Um oficial militar veio recebê-lo. Como o senhor veio? – ouviu do oficial. Não vim, senhor, me trouxeram, retrucou sem perceber o humor inapropriado da frase. Ignorando o desrespeito da resposta, o homem anunciou que estava na prisão n° 9 de La Plata, seu endereço daquele momento em diante. Foram quatro anos de detenção, repartidos em cinco prisões diferentes: a Nueve, de La Plata; depois Coronda, que ficava entre Santa Fe e Rosario; a prisão de Rawson, na Patagônia; e finalmente a de Caseros, uma espécie de Rolls-royce das prisões argentinas.

Após quatro anos, Flavio foi libertado, com direito a asilo do governo francês. Na França morou com sua companheira argentina, Norma, num edifício charmoso da Rue des Anglais, em pleno Quartier Latin. Não demorou para conseguir um emprego de porteiro no hotel Saint Michel, próximo ao Boulevard Saint Michel, não muito longe de casa. Flavio ajudava a servir o *petit déjeuner* dos clientes e completava suas chamadas telefônicas para o exterior. Hoje ele fala desse emprego com ar sonhador, como um charme que passou em sua vida. Para os refugiados brasileiros que chegavam a Paris, era quase obrigatório o emprego no hotel da Rue Cujas. Mas Flavio teve a sorte de encontrar outros trabalhos, numa França com mais de 10% de desempregados. Sorte e proeza que poucos refugiados lograram. Mais tarde alugou um estúdio no bairro 18, em Pigalle, no 2º andar de um grande prédio vazio e perigosamente frequentado por prostitutas e traficantes. Para compensar, no andar térreo, um minúsculo bar habitado por toda sorte de *milkshakes* coloridos fazia às vezes de um incontornável *pit stop*. Flavio nunca deixou de ser amante dos açúcares, hábito pernicioso

sabemos todos. Com o estatuto de refugiado das Nações Unidas e em posse de uma carta de residente e de trabalho francesas, Flavio exerceu ofícios que nunca teria imaginado.

Esteve por algum tempo numa produtora de discos, onde Alceu Valença era artista do portfólio da empresa. No início, seu trabalho era organizar os discos e encaixotá-los para entrega. Com seu desempenho, caiu na simpatia dos chefes, que viram nele alguém com potencial. Entregaram-lhe a furgoneta da empresa. Feliz da vida, lá ia ele entregar discos na porta lateral, conhecida de poucos, da famosa FNAC de Paris, uma pioneira no conceito supermercado de cultura, vendendo livros, discos, filmes, histórias em quadrinhos. Com muita satisfação Flavio fala de seus dias de trabalhador parisiense, um ambiente difícil pela competitividade.

Com a anistia, o retorno ao Brasil foi bem mais auspicioso para ele. Aqui chegando, rumou direto para Sonia, o encontro amoroso da sua vida. Mais tarde, tornou-se vereador e deputado pelo PT, e posteriormente chefe da Casa Civil do governador Olívio Dutra. Publicou suas memórias do cárcere e passou a residir no apartamento que herdou da família. Benito Schmidt, historiador e professor na UFRGS, escreveu uma obra amplamente documentada sobre a vida do militante revolucionário Flavio Koutzii.

A época em que Flavio estudava Economia na UFRGS, iniciando na vida adulta, era efetivamente um outro tempo. Os adversários de ideias recebiam alcunhas. Como aquele professor que chamava o aluno de longa data marxista de astronauta do pensamento. Flavio Koutzii, o astronauta, morador desde sempre do bairro Bonfim, ironicamente acabou dirigindo uma das rupturas do PCB, a dissidência do RS. Nossa vida de militantes clandestinos nunca deixou de cultivar um certo humor ácido inerente a nossa condição, a sagacidade de que éramos capazes para introjetar a perseguição, a clandestinidade e, mais adiante, o exílio.

Nem bem entrei na Escola de Jornalismo da UFRGS começou o namoro com Flavio, que me abriu as portas do marxismo, da história, da psicanálise.

Era o começo da Guerra dos Seis Dias, junho de 1967, e Flavio era um valente judeu comunista a fazer a crítica ao sionismo de Israel. A fala atraiu jovens judeus vestindo seus quipás, revoltados com a irreverência do também jovem palestrante. O porão da faculdade de Direito, ali na curva da João Pessoa, estava lotado. Um amontoado de estudantes, alguns religiosos, outros apenas curiosos. Époça em que a política comandava nosso mundo. Havia tensão no ar, os jovens religiosos pareciam não gostar para nada das palavras do Flavio. Nada a ver com o que aprenderam em casa e nas escolas de domingo. Nem era preciso contar. Os defensores do lado "justo" da História (nós, no caso) iam perder de lavada para a turma do

quipá. Eu, feliz com aquele batismo, comecei a gostar menos do ambiente tenso. Prestando mais atenção, o lugar parecia uma ratoeira. As janelas do porão tinham belas grades de ferro e os corredores estavam atrolhados com móveis sem serventia. Marinheiros de primeira viagem, dávamos como certa a manifestação livre das ideias. Fomos descobrindo que não era bem assim. A turma do quipá contava com algo poderoso demais para dar marcha à ré nas suas ideias. Eles tinham as convicções religiosas. Comunistas sem fé, não contávamos com nenhuma lei sagrada. Os materialismos histórico e dialético nunca poderiam ser alçados ao grau de uma Torá. Não eram caminhos de fé. Do nosso lado, no entanto, os debatedores eram valorosos. Marco Aurélio Garcia, Elizabeth Souza Lobo, Pilla Vares, Marcos Faerman. Mas enfrentariam aquela turba raivosa? Flavio parecia não perder a fleuma. Do lado de cá olhávamos para todos os lados esperando ver o primeiro ataque. Que nunca aconteceu. Naquela noite de inverno ainda ouvíamos o ronco dos aviões israelenses e as ameaças dos jovens sionistas quando saímos na calçada da João Pessoa. A fina garoa não nos impediu (os sem quipá) de rumar em direção ao outro extremo da Redenção a tempo de comer os últimos "passaportes para o inferno" que o Zé servia antes de fechar seu caminhãozinho.

Nos primeiros tempos da ditadura, o movimento estudantil de Porto Alegre participava do intenso clima de contestação do país. Compramos até um reluzente megafone, o último grito da moda militante inaugurada pelo Maio de 68 francês. As fotos de Cohn Bendit em Paris segurando um megafone reverberavam na imprensa. Tivemos o nosso, graças à generosidade do vereador Lauro Hageman, que fez uma poderosa vaquinha entre seus pares. E lá fomos nós, na primeira passeata de Porto Alegre, megafone em mãos. A alegria durou pouco. "Pega o do megafone", gritavam os policiais entre eles. O do megafone botava asas nos pés e, desabalado, corria em redor da prefeitura gritando palavras de ordem que saiam como trovões. "Pega o do megafone". Todo o aparato repressivo sai no encalço do jovem do megafone. Eis que numa das voltas em redor da prefeitura o reluzente megafone não reaparece. No lugar dele, mãos tremelicando, vozes finas. Abandonado no trajeto, o fulgurante megafone recebe os jatos de uma água escura e a chuva de gás lacrimogêneo. Logo é um objeto irreconhecível no meio das patas dos cavalos da Brigada Militar.

Contextualizando a vida nos anos 60 em Porto Alegre, as vésperas das passeatas estudantis anunciadas, era praxe, naquela época, a polícia visitar e embarcar os líderes estudantis mais conhecidos. Contava-se que alguns dos mais visados pelo abuso, como Flavio, já tinham sua mala pronta para a estadia nas delegacias policiais. Escova e pasta de dentes, toalha de rosto, alguns livros. Os locais da polícia não se prestavam como unidades carcerárias para presos políticos. As prisões vieram depois, quando o regime militar começou

a definir seu projeto para com os opositores de esquerda. Mesmo assim, presos políticos foram torturados e ficaram detidos nos locais inadequados do DOPS, o pomposo Palácio de Polícia de Porto Alegre.

3.5 LILIAN

Lilian Celiberti, uruguaia, é conhecida por ter sido sequestrada por um operativo militar da Operação Condor em seu apartamento em Porto Alegre, onde estava com os dois filhos e o companheiro de militância. No depoimento que me enviou, conta como sobreviveu aos anos de chumbo uruguaios após cinco anos de cárcere.

Lilian Celiberti e suas companheiras saíram da prisão em 1983 querendo reinaugurar a vida, confiando na alegria, na capacidade que demonstraram de resistência à ditadura, juntando as melhores lembranças da prisão. Era um grupo de mulheres cheias de confiança em si mesmas. Confiavam sobretudo que a Justiça viria ocupar seu espaço na República Oriental. Para elas, a rebeldia da época ajudou-as a sobreviver naquelas circunstâncias. Ela escreve:

Lutamos por nossa humanidade, apesar do terror e da tortura. A única guerra travada no país desde o golpe foi a da dignidade contra o terror. Desse confronto, os únicos vencedores são os milhares de homens e mulheres que, apesar de todas as limitações, covardias e medos, puderam resistir e se organizar para defender suas ideias porque amam a vida, existem para a esperança e esta é a maneira que têm de estar no mundo.

No entanto, as feridas deixam outros medos: o poder tem muitos subterfúgios e a impunidade é uma lápide para a Justiça.

Saindo da cadeia, Lilian assumiu seu posto de mãe dos dois pequenos que cresceram sem a sua presença. Crianças à época do sequestro em Porto Alegre, Camilo e Francesca são hoje jovens adultos; ele é cozinheiro, Francesca cursa um doutorado em Artes na Universidade de La Plata, Argentina. Lilian retomou seu trabalho de professora numa escola pública de Montevideo. Com um grupo de mulheres feministas, fundou a revista *Cotidiano Mujer*.

Em 1990, abandona a escola e passa a trabalhar no setor de descentralização municipal em Montevideo, integrando a equipe de esquerda vencedora das eleições de 1989. Nessa época, ela conta que mudanças radicais ocorreram na sua vida. Separou-se do marido, mas se apaixonou novamente. Por outro lado perdeu a mãe, um irmão menor e um sobrinho. Em 2012 ela teve que enfrentar o luto por Yano, apelido de Universindo Rodriguez, seu parceiro no sequestro ocorrido em Porto Alegre.

Uma amiga feminista, Lucy Garrido, animou-a a escreverem juntas a memória do sequestro de Porto Alegre. Com o título de *Mi habitación, mi celda*, reviver os acontecimentos de quase cinquenta anos atrás foi para ela uma experiência catártica, reparadora. Nas palavras de Lilian, esta obra organizou o passado, abrindo perspectivas para o futuro.

3.6 RAUL , CACHORRÃO, PONT

Como retomar a vida normal, recuperar emprego, com a marca de “subversivo” num regime militar, com o medo pairando sobre a sociedade? Esta questão de Raul Pont, professor de História, ex-prefeito de Porto Alegre é um bom resumo do clima que se vivia em 1973, em pleno governo Garrastazu Médici, o mais feroz havido desde 64, com muitos desaparecidos e mortos na tortura. Com o AI-5 (dezembro de 1968) a repressão aumentou procurando atingir as pessoas nos locais de trabalho. Aprovado num concurso para a Petrobrás, Raul não pode assumir devido a um suposto cadastro onde ele aparecia como subversivo, portanto, sem direitos e sem chance de recurso. Aprovado também no concurso do Instituto de Previdência do Estado (IPE), chegou a exercer o cargo por mais de um ano, sob vigilância interna.

Raul foi presidente do Diretório Central dos Estudantes-Livre (DCE-Livre), uma entidade criada pelos alunos após a proibição do diretório central estudantil que existia. O DCE-Livre realizou eleições com uma urna itinerante pelo campus da UFRGS da Av. Paulo Gama, ao mesmo tempo em que fugia dos esbirros do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Mesmo nessas condições esdrúxulas não apareceu quem nos acusasse de fraude ou algo parecido. Contados os votos, Raul foi vencedor para o mandato 68/69 de uma entidade existente pela vontade dos alunos. Ele exerceu o mandato com o DOPS nos calcanhares. O mandato terminou pouco depois da queda, em 1968, em Ibiúna, interior de SP, do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Nessa ocasião, Raul é retido cerca de 10 dias para interrogatório e prontuário policial. Com isso não pode retornar ao trabalho. Com a prisão em Ibiúna e o fim do seu mandato no DCE-Livre, sua situação em Porto Alegre fica insustentável e ele decide residir em São Paulo. Aí volta a trabalhar como professor em cursos pré-vestibular e supletivos, na capital e em São Bernardo, continuando com a militância clandestina de resistência à ditadura. Nesta época o Partido Comunista Brasileiro (PCB) sofre cisões; dissidências são criadas na Guanabara, Rio Grande do Sul e São Paulo. Estes militantes reclamam da falta de democracia dentro do partido.

Após prisões feitas em Porto Alegre e São Paulo, Raul foi sequestrado. Sem processo,

nem flagrante, ele teve a prisão preventiva decretada. Foi levado para um local clandestino da Operação Bandeirantes (OBAN) em São Paulo, principal centro da repressão e tortura do país comandado pelo coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra. Este sistema de raptos, sumiço do preso que é trancafiado em local ilegal, clandestino, servia para montarem os processos acusatórios com base na Lei de Segurança Nacional. Isolado o preso, a equipe de torturadores podia cumprir sua função mais à vontade. Eles queriam saber quem eram os componentes do grupo perseguido, os apoiadores, os que haviam partido para o exílio, etc. O estado de sítio vigente desde o golpe de 64 havia suprimido a medida judicial do *habeas corpus*. O Estado policial garantia assim seu poder sobre o preso. Esse foi o período mais agudo do terror, o governo do general Médici, com mortos e desaparecidos. Tudo isso acontecendo sob o silêncio cúmplice da grande mídia. Raul esteve meses preso em São Paulo e no Rio Grande do Sul, sem direito a *habeas corpus*. Ele e outros militantes detidos nesta época foram arrolados num processo que foi a julgamento no Tribunal de Justiça Militar de Porto Alegre, no final de 1972. A denúncia que os presos fizeram das torturas, violências e pressões sofridas nas prisões ao longo daquele período criou uma situação de impasse e constrangimento ao Conselho de Sentença formado por quatro oficiais militares e um juiz togado. O crime de que eram acusados reduzia-se à "tentativa de organização político partidária proibida" em um país onde a Constituição ainda registrava o sistema pluripartidário. Quase todos foram condenados, mesmo assim, a penas inferiores às que já haviam cumprido como prisão preventiva.

Quando obteve reingresso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1973, Raul percebeu que uma nova geração estudantil lutava pela democracia. O que já era um alento. Logo voltou a trabalhar como professor. Os exilados começavam a retornar e os estudantes que escaparam da repressão se organizavam discretamente. Grupos de estudo eram formados. Os centros acadêmicos retomavam suas atividades. Alguns sindicatos voltaram a ter direções menos pelegas; encontros intersindicais preparavam a formação de centrais sindicais ocorridas mais adiante. O próprio Raul enfatiza que a luta pela anistia política e a volta dos exilados, a solidariedade para com os presos políticos no Brasil ou no exterior saía dos lugares fechados e descia às ruas com cartazes e panfletos.

Em 74 uma nova geração de parlamentares dispostos a enfrentar a ditadura fazem dos Legislativos uma nova frente de luta e desgaste do regime. O MDB organiza um Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES) que logo vira um centro de debates e promoção de grandes eventos de análise crítica e prospectiva do país, trazendo à Porto Alegre sociólogos, economistas e intelectuais. Tudo isso se articulou numa rede de resistência à

ditadura com a participação do movimento estudantil e de movimentos comunitários que lutavam por moradia, transporte público, escolas e unidades de saúde para seus bairros.

Em lentos movimentos veio a anistia ampla, geral e irrestrita, a negociação que possibilitou a “devolução” do governo aos civis, a saída dos militares, a volta de eleições, etc.

O resto da história é conhecido. Raul fundou o PT com outros militantes e intelectuais porto-alegrenses. Se elegeu deputado estadual e depois, federal. Foi vice-prefeito de Olívio Dutra e mais tarde, prefeito de Porto Alegre.

4. PERCURSO DA MEMÓRIA

4.1 É PRECISO SABER COMO FOI PARA QUE NUNCA MAIS

Montando o quebra-cabeça

Em Porto Alegre foi identificado um centro clandestino de tortura, conhecido como "dopinho", na Rua Santo Antônio, número 600. Na casa de ares senhoriais funcionou uma estrutura paramilitar para interrogatório, tortura e eliminação de adversários do regime militar. O major Luiz Carlos Menna Barreto comandou nesse local o terror praticado por 28 militares, policiais, agentes do DOPS e civis, até que apareceu no Guaíba, em 1966, o corpo com as mãos amarradas de Manoel Raymundo Soares, que foi muito torturado, inclusive no casarão. Naquele ano, com as paredes manchadas de sangue, o Dopinho foi desativado e os crimes ali cometidos ficaram impunes. Essas pessoas mataram cidadãos brasileiros e deveriam ter sido punidas pelo código penal.

A casa da rua Santo Antônio ganhou estatuto de lugar de memória num projeto apenas esboçado de colocar num circuito público os locais da capital gaúcha com as marcas da ditadura de 1964. O Palácio da Polícia de Porto Alegre, antigo DOPS, situado na esquina da av. João Pessoa com a av. Ipiranga, foi identificado em 27 de junho de 2012, segundo reportagem do jornal eletrônico *Sul 21* “como um local de tortura e morte durante o regime militar (1964-1985).” Presidente da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, a viúva de Luiz Eurico Tejera Lisbôa, Suzana Lisbôa, destacou na ocasião que a identificação do prédio é um momento histórico para a democracia brasileira, onde a sociedade diz nunca mais à tortura e também diz ao Estado brasileiro para nunca mais se envolver nesse tipo de crime. Para Suzana, a ditadura militar é um episódio triste da história recente do País. Segundo ela, a criação da Comissão Nacional da Verdade (2012) no Brasil é um importante avanço para o esclarecimento da história em um período em que houve violações dos direitos democráticos e humanos. Uma corrida contra o tempo foi iniciada com o objetivo de marcar as áreas que entre 1964 a 1985 foram utilizadas em Porto Alegre pela ditadura militar para torturar e prender adversários do regime. O presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), Jair Krischke, é um entusiasta e idealizador desse movimento de identificação, que conta com autoridades do município e do estado do RS. A ideia é colocar placas ou totens padronizados que identifiquem esses locais, mostrando um pouco do que ocorreu nos ‘anos de chumbo’, especialmente para as novas gerações. O projeto, denominado

Marcas da Memória, foi idealizado através de um convênio entre a prefeitura e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH). A intenção é tornar de conhecimento público todos os espaços que foram centros de detenção ou que tiveram relação com a ditadura. “Nós não sabemos o que realmente aconteceu e queremos montar o quebra-cabeças”, conjetura Jair Krischke, ativista dos direitos humanos em entrevista dada à revista eletrônica *Parêntese*, em 17 de junho de 2023.

5. CONCLUSÃO

Esse trabalho abordou um crime cometido em nosso país ao longo do regime militar (1964-1985). Pior que isso, mostrou um crime com vítimas fatais e verdugos impunes. Embora a palavra “conclusão” acima tenha uma conotação puramente literária, por assim dizer – ela se refere unicamente à conclusão do trabalho. Mas, para os brasileiros que sofreram a censura e a repressão dos tristes anos da ditadura, a ideia de justiça que se vê neste tipo de conclusão do período autoritário é perseguida como a justiça necessária, o acerto de contas pelo qual o país terá que passar algum dia, sob pena de ver estes crimes se repetirem como as imagens projetadas em *A invenção de Morel*, o intrigante texto do escritor argentino Adolfo Bioy Casares. A violência e a impunidade estão aí para não me desmentir inteiramente. Mas, sabemos, a sociedade no seu conjunto precisa também chegar a essa mesma conclusão. Ela perdeu a inocência, foi atingida na sua humanidade. Permitiu até que matadores profissionais vestindo farda fossem condecorados. Ao não punir a tortura, o desaparecimento forçado de pessoas, sacralizou o mau exemplo como norma de conduta. O mau-caratismo passou a ser a regra. Mas, vindas da literatura, cada uma a sua maneira, vozes se levantam contra este estado de coisas.

REFERÊNCIAS

ARNS, D. Paulo Evaristo. **Brasil nunca mais**. 38 ed., Editora Vozes, 2009.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo. **Desaparecidos políticos, prisões, sequestros assassinatos**. Comitê Brasileiro pela Anistia, RJ, Ed. Opção, 1979.

BENSAÏD, Daniel. *Jeanne de guerre lasse*. coll. Au vif du sujet, Ed. Gallimard, Paris, 1991.

HOHLFELDT, Antonio. **Condições ideais para o amor**: poemas, manifestos e correspondência de um poeta-guerrilheiro, Trad. Luiz Eurico Tejera Lisbôa, Ed. Sulina, 2022.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Flavio Koutzii: biografia de um militante revolucionário**. Ed. Libretos, 2017.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro, artistas da revolução**: do CPC à era da TV. Ed. Record, 2000.

VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou**. Ed. Círculo do Livro, 1988

ANEXOS

Semmelweiss

Jamais gostara de Viena, cidade de ar vetusto, ao contrário de sua alegre Budapeste, com seus pórticos e jardins. A antipatia que Viena lhe inspirava tinha seu motivo, mas Semmelweiss morrerá ignorante disso.

No início, é em Viena que ele encontra os renomados médicos do seu tempo, Skoda e Rokitansky, seus professores mais brilhantes e influentes. Doutor aos 26 anos, Semmelweiss é o aluno predileto, o gênio pressentido. Inácio Filipe de nome, com o diploma em mãos, Semmelweiss entra no campo ainda desconhecido e fatal das infecções. O título de mestre em cirurgia aos 28 anos, após um concurso brilhante, não satisfaz esse jovem impetuoso e com urgência em salvar a vida de tantos pacientes mortos em meio a mais patética ignorância da medicina.

Novos estudos, outros exames, e Semmelweiss se torna professor-assistente na maternidade do Dr. Klein, no Hospital Geral de Viena. Por essa época, o grande hospital vivia ao som da lúgubre sineta dos mortos, que incessantemente anunciava os óbitos de incontáveis parturientes infectadas pela febre puerperal. Certo é que, dos dois pavilhões de parturientes existentes em 1846, o do Dr. Klein matava mais que o do Dr. Bartch. Àquela maternidade macabra submetiam-se apenas as mulheres dos bairros mais populosos, as mais pobres, as mais discriminadas pelos costumes da época. A Europa — Paris, Londres, Milão — se curva diante do flagelo, menos ele, Semmelweiss, certo de que está predestinado a derrotá-lo.

Mas na maternidade do Dr. Klein, o número elevado de grávidas mortas infectadas jogava o opróbrio sobre as diversas comissões de doutores organizadas para acabar com o Mal. No entanto, um gênio já estava em ação: o cientista húngaro observava a diferença gritante dos índices de morte entre os dois pavilhões. O Dr. Semmelweiss notou argutamente que as grávidas do pavilhão do Dr. Bartch eram atendidas por alunas-parteiras, ao passo que no do Dr. Klein eram estudantes. Semmelweiss consegue trocar as alunas e os estudantes de pavilhão, alterando os índices de óbitos. Concluiu, então, que a morte seguia os estudantes.

Próximo passo de seu método experimental no caminho das causas da doença fatal, o jovem médico rastreia os estudantes e constata que suas mãos saem diretamente dos cadáveres dissecados para o ventre das grávidas, depositando aí todas as impurezas letais dos corpos defuntos. Essa foi a luminosa descoberta do cientista, mas a brutal caída em desgraça do homem. Logo os ciúmes mesquinhos se elevaram nos espíritos, e Semmelweiss, isolado entre seus pares, foi execrado, humilhado, excluído.

Procurou a ajuda de seus velhos professores. Num lampejo de pura criatividade, pede ao Dr. Klein que instale lavatórios entre a sala de disseções e a das parturientes, para que todos os estudantes, incluindo o emérito professor, lavem cuidadosamente as mãos antes de procederem ao toque das grávidas. A insólita medida, em desconformidade com o espírito científico da época, naturalmente exige explicações que Semmelweiss não pode dar. Ferido na sua autoridade, o Dr. Klein demite brutalmente seu assistente.

No inverno de 1846 começa o calvário, com altos e baixos, do húngaro. A morte de um médico amigo seu de uma picada que dera em si mesmo durante uma dissecação coloca-o novamente no centro do redemoinho de suas pesquisas. Como um raio em céu azul, Inácio Felipe Semmelweiss se dá conta de que a morte do amigo está ligada às mortes da febre puerperal, que por sua vez se ligam às demais infecções. Anos antes de Pasteur, sua busca está ali, diante dele, saindo das sombras de uma procura às cegas: os exsudados dos cadáveres, responsáveis pelo contágio, são levados diretamente pelas mãos emporcalhadas dos estudantes aos órgãos genitais das mulheres grávidas. No entanto, essas ínfimas partículas cadavéricas eram detectáveis, naquele momento da ciência, apenas pelo odor. E não sendo essa para o húngaro toda a verdade, ele segue na busca da causa letal da febre puerperal.

Por insistência de seu professor Skoda, Semmelweiss é readmitido no pavilhão do Dr. Bartch, que aceita sua proposta de higienização com uma solução de cloreto de cal para o lava-mãos de todos os estudantes envolvidos em dissecações recentes. Apesar da forte queda na taxa de mortalidade, o médico não se satisfaz. Nessa titânica luta contra a morte e suas astúcias, o acaso leva ao pavilhão de Semmelweiss uma mulher com sintomas do que poderia ser uma gravidez e que na realidade é um câncer no colo do útero. Esse diagnóstico é feito pelo doutor húngaro que, sem pensar em lavar as mãos, faz exames de toque sucessivos em cinco mulheres em fase de dilatação. Essas mulheres morrem nas semanas seguintes de febre puerperal típica.

Nesse episódio Semmelweiss encontra a revelação que procurava: “por simples contato, as mãos podem ser infectantes”. Desse momento em diante, a lavagem cuidadosa das mãos passa a ser obrigatória para todos, tendo ou não dissecado cadáveres. No Hospital de Viena, as mortes por febre puerperal caem para a taxa de 0,23%, a percentagem, naquela época, das melhores maternidades do mundo.

Essa descoberta, porém, não teve o sucesso esperado. Seu velho inimigo Dr. Klein conseguiu congrega contra as teses de Semmelweiss um grande número de adversários na própria faculdade, a maioria colegas do húngaro. Entre os cinco médicos discordantes encontravam-se alguns de seus professores, mas todos foram imediatamente hostilizados pela

maioria. Nos demais países europeus, a inércia triunfa, e aos poucos Semmelweiss assiste ao descrédito de sua verdade incontestável, tão incontestável que desde aquela época, até hoje, não houve qualquer alteração no método de assepsia proposto por ele. Cinquenta anos depois, outro médico, o Dr. Louis Pasteur, descobriria a verdade microbiana, mas Semmelweiss não mais existia.

Enquanto isso não ocorria, a sisuda Sociedade Médica de Viena encerrava em pancadaria uma tentativa de criar uma nova comissão para analisar as descobertas do cientista húngaro, comissão imediatamente proibida pelo ministro, que demite Semmelweiss de seu posto do hospital geral, expulsando-o de Viena.

O retorno de Semmelweiss à sua terra natal se dá pouco antes da revolução de 1848, que mergulha a Hungria em grande miséria e opressão. Nesse período, ele ainda passa por várias desgraças, que vão da fome a uma profunda melancolia e a um longo silêncio de dez anos. Depois disso, modestamente ele retorna à Maternidade de Budapeste.

Com a morte do chefe desta maternidade, Semmelweiss é promovido a médico-chefe, posição de onde lança um ataque desvairado a seus pares. A reação aos seus ataques é tão bárbara que o conselho municipal não aceita mais comprar os lençóis que ele pedira para as parturientes, dizendo que usasse os mesmos lençóis em vários partos; por outro lado, mulheres grávidas teriam sido infectadas para provar o equívoco de suas teses. Em todo o caso, as estatísticas de morte sobem de 2 para 12% no período em que Semmelweiss dirige a maternidade.

Para piorar a situação do médico, um discípulo seu que viaja a Paris para defender a causa de Semmelweiss na Academia de Medicina de Paris, a mais influente instituição médica, retorna decepcionado, derrotado. A partir desse momento, Semmelweiss se desprende do frágil elo que o prendia à razão e transforma seu trabalho em longos discursos injuriosos contra médicos e parteiros, chamando-os de assassinos. Mergulha numa demência da qual não mais sairá. Seu corpo se verga, seu olhar vaga num não-lugar, ele se projeta fora do tempo e do espaço, fragmentado pela demência.

Assim vivia quando, numa tarde de junho de 1865, andrajoso e vociferando, invadiu o anfiteatro da faculdade de Medicina, dirigindo-se ao cadáver preparado no mármore para a aula e, antes que o impedissem, com movimentos bruscos, corta-se com a mesma lâmina que usou para fazer uma grande incisão no morto. Assim ele infecta-se mortalmente. Levado pelo velho amigo o professor Skoda para Viena, é internado no asilo de loucos.

Depois de agonizar três semanas, aos 47 anos, Semmelweiss morre naquela Viena tão diferente da sua alegre Budapeste, com seus pórticos e jardins.

O doutor japonês

A respiração doía um pouco e a tosse era forte. Ir ao hospital consultar me parecia a melhor opção naquela manhã de inverno. Na rua o termômetro chegava a 7 graus. Sair da cama cedo não era uma dificuldade para mim, aluna no campus de Viamão da universidade federal. As aulas de línguas tinham o mau hábito de iniciarem as 7 e meia da manhã, céu ainda escuro, temperaturas baixas. De modos que enfiei o capote quase tocando o chão e minhas inseparáveis luvas de lã.

No guichê das consultas pedi pelo doutor japonês. Aqui não tem nenhum japonês, falou rispidamente a atendente com cara de sono. Era enfadonho tanta explicação, mas eu não lembrava do nome do médico. Engolindo a bronca comigo mesma, conforme pensava no velho médico ia descrevendo pra jovem sonolenta. Não precisei ir muito longe. O rosto dela se iluminou, ah! O doutor Victor Hugo! Não, ele não é japonês, minha senhora, ele é peruano e atende aqui no térreo mesmo – como se essa localização o desmerecesse de alguma forma. Anotou meu nome numa grande folha de papel e de mau humor ordenou que eu desse lugar ao próximo paciente. Enveredei pelo hall do grande hospital até chegar à área de labirintos, passar por novo guichê de controle, receber uma senha e sentar numa das numerosas cadeiras vazias àquela hora.

Quando vi o médico na sua salinha já não me parecia tão japonês. Tinha o perceptível sotaque dos falantes de espanhol, o cabelo de fios espessos de índio, a cor azeitonada da pele. Observando melhor, tudo nele era latino-americano, sobretudo os olhos saltitantes. Era uma pessoa idosa, frequentador da gafeira da Venâncio Aires, tomava seus chopes com os amigos parecendo aproveitar completamente a solteirice àquela altura da vida. Entre queixas dos pacientes e comentários dele sobre doenças variadas, o doutor peruano desfiava pedaços da sua vida fora do hospital. Outra diferença dos sisudos nipônicos, pelo menos da imagem que temos deles. O doutor Victor Hugo não tinha pelos na língua, como bem experimentei a seguir.

Vim lhe pedir um xarope. Tô sem fôlego, doutor.

Em silêncio me auscultou e voltou ao grande birô de madeira clara, incongruente com a saleta modesta. Fiquei esperando por um veredito, alguma coisa. Foi então que o afável idoso falou em seu tom de sempre. Dona Maria (eu já me acomodava na cadeira esperando algum elogio sobre a minha saúde – logo eu), estou impressionado com a senhora, dizia, e eu esperando o despejo do elogio imaginário. Impressionado com a sua cara de pau de vir me pedir um xarope pra tosse, uma fumante inveterada como a senhora. Fiquei como um tomate.

A vergonha, senti fisicamente, subiu dos pés à cabeça. Queria sair dali, mas o homem não havia terminado. A senhora vá até a Santa Casa e procure o serviço antitabagista. Nem bem ouvi a última frase, arranquei de sobre a escrivadinha minha receita e saí dali sem dizer adeus ao médico.

Da mureta da ponte da Azenha fiquei olhando um instante o Dilúvio passar. Rumei em direção à Santa Casa. Nunca mais voltei ao consultório do doutor japonês. E nunca mais fumei.

Maria Regina Pilla – Existencialista, militante, cidadã do mundo

Entrevista realizada por Luís Augusto Fischer

Publicada na revista Parêntese 38, 15 de agosto de 2020

Tenho o grande gosto de conversar regularmente, há muitos anos, com a Maria Regina Pilla, que atende também pelo simpático apelido “Neneca”. Nos conhecemos nos anos 80, quando ela voltou para Porto Alegre. Alguns amigos e conhecidos meus haviam convivido com ela nos anos 60 (tempo em que eu era uma criança, eles já adolescentes e jovens) e davam depoimentos entusiasmados.

Feminista num dos momentos iniciais do feminismo; estudante de Jornalismo na UFRGS, depois de ter feito um ano do ensino médio nos EUA; uma mulher inteligente, articulada, muito bonita, avançada, que dirigia carro e fumava; que havia caído na clandestinidade na hora mais aguda do combate à ditadura militar brasileira; que depois havia fugido para a Argentina, sempre na militância de esquerda, articulada com a luta armada contra o regime, e lá havia sido presa e torturada; que depois foi banida para a França, onde viveria como asilada uns anos.

Tudo isso era sua aura, sua discreta fama, que a precedia. Quando a conheci, vi que era uma mulher íntegra, dedicada a seus amigos, querendo estender direitos básicos para todos, sem qualquer ranço doutrinário. Bom humor, *joie de vivre*, atenção ao interlocutor, indignação com a exploração e com a burrice, essas virtudes sublimes e mais uma vez discretas, eram sua marca.

Depois ainda, ela voltou à faculdade para cursar Letras, e então passamos a compartilhar o ar de uma mesma sala de aula e a mesa do cafezinho. Foi nesse momento que, junto com outros amigos dela, cada qual à sua maneira, comecei a cobrar o livro com suas memórias, com as histórias que a cada tanto apareciam em sua conversa. Nunca com pose,

nunca com afetação, sempre com uma modéstia exemplar, que por ser exemplar nunca se reivindicava como modéstia. A Neneca é uma figura discreta, carregando delicadamente sua profunda sabedoria.

Veio o livro apenas em 2015. Ele se chama *Volto semana que vem* (Cosacnaify), frase que a Maria Regina disse ao pai, na cozinha da casa porto-alegrense ao despedir-se dele – mas se passariam dez anos até que ela de fato pudesse retornar. Para minha surpresa, o livro é assinado como “Maria Pilla”, sem o Regina. Por quê?

A conversa que agora se vai ler recupera um tanto dessa trajetória e projeta, ou tenta projetar, o que deverá ser um segundo livro. Enviei a ela um arquivo com uma penca de perguntas, e ela respondeu escrevendo livremente, como aliás é de seu feitio. O que se vai ler agora é basicamente o texto dela, mediado por pequenos títulos que indicam o tema que antes tinha sido uma pergunta.

(De vez em quando a entrevistada, aqui, conversa com um tu, que sou eu, Luís Augusto Fischer. A edição do texto é da Lolita Beretta, que também achou que cabia manter esse tom informal.)

Ser mulher jovem nos anos 60, em Porto Alegre

Porto Alegre foi a cidade mais provinciana nos costumes que se possa imaginar. O ar era irrespirável. As “moças” tinham até um regime escolar próprio, a escola normal. Era o máximo que se esperava delas em termos de conhecimento. Universidade, nem pensar. A meu ver, a psique feminina era moldada por uma religiosidade enfiada goela abaixo, com incensos, cheiro de vela e altares das igrejas católicas. Muitas vidas femininas se perderam no que era a receita universal: casamento, filhos e, quando muito, gerência do que chamam lar. E se não desse certo, paciência, a regra era aguentar sem reclamar. Ao mesmo tempo, este universo sufocante recebia uma boa dose de medo incutido na cabeça das mulheres. Medo traduzido em insegurança para enfrentar o mundo, a vida, como os homens fazem.

Em casa, minha mãe, Clara – a quem nunca agradei devidamente pelo que sou e o que fiz – , falava muito de como foi bom votar pela primeira vez sem a escolha do pai dela. De modo sutil, mas presente, minha mãe não deixava que eu fosse influenciada pelo ambiente que rebaixava as mulheres. Ela mesma tinha pela frente uma luta contra o conservadorismo do meu pai. Conservador, mas nunca autoritário. Ele permitiu, incentivou e ensinou os primeiros passos para eu dirigir o automóvel da família, sempre sob os olhares críticos dos tios e tias. Eu tinha então 12 anos.

Cigarros, saias curtas e existencialismo

Entre primos e primas, começamos a fumar escondidos com 10, 12 anos, nas férias em Cidreira. A gente comprava um maço de Presidente quando a grana era curta e de Minister quando alguém mais contribuía. Íamos para os cômodos de areia ou para alguma casa abandonada pelo caminho para fumar. Na época o ato de fumar estava em todos os lados. Para nós, mulheres (ôôô, gurias de guarda-pó escolar), fumar nos engrandecia ao nível da mulher fatal. As mães não nos deixavam usar salto alto, o grande divisor das águas entre crianças e mulheres. Mesmo assim, todas as moças davam um jeito de encurtar a saia e calçar sapatos de salto. E ir desfilas na Rua da Praia, eventualmente comer um cachorro quente no Krahe. As mães nos permitiam usar os ridículos saltos “brotinho”, um salto alto tipo bolo abatumado. Os sapatos para as adolescentes que éramos ficavam a meio caminho do salto alto. Era a época em que o comprimento das saias era longo. Twiggy chegou atrasada na nossa história. Então, enrolávamos o cós da cintura até alcançar a altura desejada, e assim, com uma saia desbeijada, íamos felizes namorar os rapazes na Rua da Praia. Calçando saltos bem altos. Nada combinava, mas cada uma de nós, tenho muita certeza, nos sentíamos os ícones da moda e beleza do momento. Nós éramos irresistíveis. E fumávamos! (Às escondidas, é claro. Meu pai terminou permitindo que eu fumasse diante dele aos 18 anos.) O cachorro quente do Krahe era um must, o suprassumo da modernidade. Pra mim, aquele sabor ficou na memória até hoje. Imbatível. Não tem nada comparável.

Ouvíamos falar nos existencialistas, em Juliette Greco, de cabelos lisos caídos pelos ombros, vestida de negro (ninguém se vestia assim, o negro era então reservado aos enlutados, com modelos fora de moda contrastando com seus decotes e cavas). Nós, adolescentes entrando na idade adulta, queríamos ser como ela, com seu charme absurdo percebido através das páginas de revistas e jornais, atravessando os mares até alcançar nossa então obscura Porto Alegre. Meu primo Luiz Paulo [de Pilla Vares, jornalista, 1940-2008, que viria a ser secretário de Cultura de Porto Alegre], uma autoridade em muitos assuntos e principalmente neste, soltava aos quatro ventos seu desgosto com nossa cidade, cativa do pior conservadorismo.

Uma intrusa no mundo dos homens

Nos estudos, eu tinha pretensões bem distintas das mocinhas da minha idade. Ao sair do ginásio no Instituto de Educação, quis entrar imediatamente no Julinho (o colégio estadual

Júlio de Castilhos) para cursar o Científico. Fiz também o exame de seleção para o Colégio de Aplicação, para a única vaga oferecida. Não consegui, mas pouco tempo depois recebi o convite para ingressar no Colégio, pois o escolhido havia desistido e eu era a segunda colocada. Não aceitei; ao cabo de uma semana, o espírito do Julinho havia entrado na minha cabeça de tal modo que eu não conseguiria mais me sentir à vontade com o tipo de aluno do Aplicação. Na época eu gostava muito de Física e Matemática, veja só! Ingressei no Científico.

Passei na seleção do Julinho e logo fiquei encantada com o ambiente político pró Cuba (era a época da “crise dos mísseis”), pois eu vinha de uma casa conservadora que reverenciava o PL (Partido Libertador) do Raul Pilla, nosso parente. Um grupo de jovens militantes julianos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) da Ação Popular, da esquerda cristã (AP), do Brizolismo, me devolveu o mesmo entusiasmo que eu tinha por eles. Meu primo, Luiz Paulo, mais conhecido como o intelectual de esquerda Pilla Vares, logo me levou para o lado do chamado marxismo revolucionário, na época a dissidência do PCB e logo o Partido Operário Comunista (POC). Passei a ler os clássicos e a participar das escolas de formação dadas por Paulo Timm e Marco Aurélio Garcia. E namorar o Flavio [Koutzii], que foi decisivo na minha formação intelectual e política e na descoberta da psicanálise.

Era um mundo masculino que permitia minha intrusão. Eu aceitava feliz, queria me parecer com eles, a quem tudo era permitido. Eu já era militante. E estava decididamente afastada dos ideais das mulheres porto-alegrenses da época: conseguir um marido nos bailes da Reitoria, quem sabe. Minha cabeça recebia em cheio, além do momento político contestatário, uma certa literatura que provocava um deslocamento da realidade. Este conjunto de acontecimentos recebia de braços abertos a minha geração.

O marasmo da provinciana Porto Alegre foi bem sacudido, mas ainda assim não faltavam mocinhas para os cursos de dona de casa da Walita (uma marca de eletrodomésticos que realizava cursos para jovens casadoiras). Tive muitas primas casando na mesma época. Eu olhava pra elas, tão contentes em seus belos vestidos de renda branca, e me via depressiva, com um sol de meio-dia caindo a pino sobre minha cabeça na casa da vó – um casarão do início do séc. 20, onde faziam as festas. Que tristeza, tudo aquilo. Era de cortar o coração. A claridade ofuscante de um mundo que eu via triste, pequeno me perseguiu a vida inteira.

Pílula anticoncepcional na Porto Alegre de reuniões-dançantes

Uma cena que descreve bem as contradições e a comicidade da época: Paulo Bicca era quem entrava na farmácia para me comprar contraceptivos. Eu tinha medo e vergonha. Ele

fazia, mas eu ficava na porta da farmácia acenando, numa atitude ambígua com a suposta clandestinidade da operação. A pílula foi um marco, é claro. Até ela, os namoros eram supervisionados aos sábados e quartas na sala de estar com toda a família vigiando. Dançar juntos, somente nas reuniões-dançantes em casa de família, todos os olhos grudados nos namorados. A liberdade nas relações, logo adiante, impede que se tenha alguma ideia daquele mundo absurdo. O máximo do contato físico era pegar na mão, o que provocava entre ginásianas e outras alunas a angústia em saber se este contato facilitava a gravidez! Não tínhamos a menor ideia do nosso corpo e da nossa sexualidade.

Quando estudei nos EUA (um ano de ensino médio), conheci um ambiente mais descontraído sobre o tema. Havia em todo o (equivalente ao) ginásio uma matéria de educação sexual. Lá, pela primeira vez vi como é usada uma camisinha. Mais importante, a professora mostrava aos alunos (todos os colégios públicos eram mistos) como acontecia a gravidez e como preveni-la.

Nove meses é um filme de Marta Meszáros, cineasta húngara, que não teria como retratar melhor essa Porto Alegre de que falo. Conta a história de uma jovem que fica grávida num ambiente de repressão extrema. A trama central serve para detalhar a frustração, o medo, a violência do universo preconceituoso, limitado, que é imposto à juventude. Certamente não é o melhor filme dela, mas é um momento do cinema dos países do leste que vale resgatar e que descrevia o universo provinciano de uma cidade muito parecido ao de Porto Alegre.

Estudar nos States

Para concorrer à bolsa da American Field Service (para cursar um ano do ensino médio nos EUA), era preciso autorização dos pais, no que meu pai e minha mãe concordaram. Porém, meses depois, quando fui uma das selecionadas, o pai deu pra trás, e foi preciso uma intervenção enérgica da mãe para que eu viajasse. Nem tive que chorar, apenas argumentei sobre como seria importante para os meus estudos, para o meu conhecimento da língua, que estudava no então famoso e competente Yáziqi. Quieta, minha mãe já mexia seus pauzinhos pra eu estudar nos States. O pai acabou cedendo, acho até com uma pontinha de orgulho da filha que, saindo das fraldas, se aventurava num país tão distante e importante no imaginário do mundo. Sabendo dos pais autoritários de colegas, amigas e primas, meu pai era uma bênção.

Lá, não havia educação religiosa e muito menos cívica. Os museus se encarregavam disso. Aliás, no Smithsonian Museum, famosa instituição americana (sediada em Washington), fiquei impressionada com o escamoteamento feito sobre o bombardeio atômico

em Hiroshima e Nagasaki. Havia fotos, réplicas das bombas, mas em nenhum dos vários textos explicando o contexto do mundo estava dito que aquele horror saiu de aviões americanos.

Escrever um livro de memórias

Não pensei em escrever um livro de memórias. Foi descobrindo a literatura luso-africana nas aulas da professora Jane Tutikian que realizei ter uma experiência a contar. Foi a época dos cartazes pedindo a escandalosa volta da ditadura militar. Aquilo não podia ser, não estava acontecendo, socorro!

Na verdade, os luso-africanos, por um caminho que não sei explicar, me conduziram à ideia da fragmentação da memória e daí à estrutura do meu livro *Volto semana que vem*, em textos atomizados no tempo e no espaço. O fato é que comecei a escrever algumas páginas que em alguns dias foram o início do livro.

Tu, aliás, me deu a melhor frase sobre meu livro: foi um segundo luto. Fazer um luto é muito pesado. Fazer duas vezes, então! Mas ao fim e ao cabo dos lutos, elaboramos a perda que se transforma em outra coisa. Um filósofo francês e também amigo, Daniel Bensaïd, escreveu que o luto é necessário, assim como o esquecimento. Na sua obra sobre Jeanne d’Arc, ele vai mais longe ao dizer ser preciso virar a página, que “*memória demais sufoca e paralisa*. Que não podemos viver num estado de guerra de memória permanente, que sem o bálsamo do perdão, da anistia, da graça, do esquecimento seríamos devorados por uma rememoração carnívora. Acabaríamos por morrer de insônia. (...) é preciso saber apagar velhas contas.” E ele conclui com uma bela frase: “a sabedoria grega já insistia em certos interditos da memória necessários ao cessamento da guerra civil”. Nada disso se aproxima do esquecimento que as classes dominantes brasileiras promoveram na anistia ampla, geral e irrestrita para recuperar a democracia e o poder.

Bom, refazer o luto foi penoso, é claro, mas não tão difícil como eu pensava quando escrevi as piores páginas do “Volto”. Deixei esta parte para o final e passei os 30 dias de férias de verão escrevendo o conjunto delas, as que falam do assassinato e tortura dos jovens da noite dos lápis, a execução de Gallego e Petiza, etc. Usei o sistema da psicanálise, de deixar o pensamento fluir para que a memória fizesse seu caminho. Era inevitável entrar no sufocante e aterrador universo da clandestinidade. Foi a parte difícil. Os militantes mortos na rua, o cotidiano da luta armada nas suas necessidades mais simples e diárias. As noites geladas e escuras, os bairros portenhos modestos, onde tudo acontecia.